



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**KÁTIA SUZANA ALVES MONTEIRO**

**ESTUDO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL DA  
PETROBRÁS ENTRE OS PERÍODOS 2006 A 2008**

**SOUSA - PB  
2009**

**KÁTIA SUZANA ALVES MONTEIRO**

**ESTUDO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL DA  
PETROBRÁS ENTRE OS PERÍODOS 2006 A 2008**

**Monografia apresentada ao Curso de  
Ciências Contábeis do CCJS da  
Universidade Federal de Campina  
Grande, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharela em  
Ciências Contábeis.**

**Orientador: Professor Me. Thiago Alexandre das Neves de Almeida.**

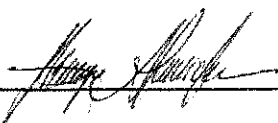
**SOUSA - PB  
2009**

**KÁTIA SUZANA ALVES MONTEIRO**

**ESTUDO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL DA  
PETROBRÁS ENTRE OS PERIODOS 2006 A 2008**

Monografia apresentada em 22 de julho de 2009, como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Campina Grande, obtendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis atribuído pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

**BANCA EXAMINADORA**



---

Thiago Alexandre das Neves Almeida - Prof. Msc.

Orientador

---

Thaiseany de Freitas Rêgo – Profa. MSc.

Examinadora

---

Janaina Ferreira Marques de Melo – Profa. MSc.

Examinadora

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **“Estudo dos indicadores de desempenho ambiental da Petrobrás entre o período de 2006 a 2008”**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 22 de julho de 2009.

  
Kátia Suzana Alves Monteiro

Dedico a monografia a meus pais José Alves Monteiro e Terezinha Alves Monteiro, por terem me incentivado durante todo o percurso da minha caminhada, e ainda a minha filha Raphaela pela paciência e compreensão nos momentos de ausência.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela força e a fé de lutar durante toda a minha caminhada neste curso.

Ao meu orientador Thiago Alexandre, pelo apoio, força, paciência e dedicação para com as minhas pesquisas, e pela capacidade de esclarecimentos que me proporcionou.

Aos meus pais pelo apoio, atenção, o amor, dedicação e compreensão.

A minha filha Raphaela, pelo carinho, respeito, amor e principalmente pela compreensão por todos os momentos de ausência.

Ao meu irmão que me ajudou de forma indireta.

A minha colega Estefânia pela amizade, a força e o companheirismo durante toda a minha caminhada.

"Temos o destino que merecemos. O  
nosso destino está de acordo com os  
nossos méritos"

(Albert Einstein)

## RESUMO

Os impactos no meio ambiente acelerado pelo desenvolvimento econômico são fatores relevantes ao bem estar da sociedade. Neste contexto, surge a necessidade de mensurar estes fenômenos e as ações voltadas a preservação ambiental. A Contabilidade Ambiental aparece como uma ferramenta relevante na evidenciação dos gastos com a preservação e conservação do meio natural, bem como, dos danos causados a este. Esse trabalho verificou os investimentos desta natureza realizados pela Petrobrás, mensurados a partir de alguns indicadores sócio ambientais por meio dos dados obtidos nas Demonstrações Contábeis e do Relatório Social desta empresa nos anos de 2006 a 2008. O objetivo da pesquisa foi verificar o comportamento do desempenho ambiental da Petrobrás durante estes anos. Tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e descritivo, que, no primeiro momento foi levantado conceitos que permeiam este tema e que deram suporte a realização da pesquisa empírica a partir da análise dos dados analisados. Diante dos dados estudados, foi possível verificar que a Petrobrás vem aumentando os investimentos na área ambiental e diminuindo em alguns casos, seu gastos e despesas no âmbito dos seus projetos.

Palavra chave: Contabilidade Ambiental. Gestão ambiental. Indicadores de desempenho ambiental.



## ABSTRACT

The middle ambient impacts accelerated by the development economic are important factors to the society welfare. In this context arises the middle to measure these fenomenos and the geared actions to the preservation ambiental. A environment accounting appears as an important tool in evidenciation dops, expenses with the preservation and preservation of a natural life accomplished by Petrobras, measured starting from some indicators socio-environmental by means of the data detained in the Demonstrations Contabeis and of Relatorio social of this company in the years of 2006 to 2008. O goal of research was to verify Petrobras comportament environmental performance during these years. It is a carater research qualitative and descriptive. In the first moment was lifted concepts that permeate that theme and that grave support to realization of empirico research accomplishment from the analysis of the analyzed data. In front of the studied data was possible to verify the Petrobras comes increasing the investments in the environmental area and decreasing in some your cases expenses in the scope of your projectos.

Work-key: Environmental accounting, environmental administration, indicators of performance environmental.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Variáveis de investigação.....</b>	<b>20</b>
<b>Quadro 2 - Proposição de eco-indicadores contábeis.....</b>	<b>43</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 - Investimentos Ambientais Gerais .....</b>	<b>48</b>
<b>Gráfico 2 - Investimentos Ambientais Operacionais .....</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 3 - Custos e Despesas Ambientais Operacionais .....</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico 4 - Prevenção e Valor Adicionado Gerado .....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico 5 - Investimentos em Meio Ambiente por quantidades de trabalhadores .....</b>	<b>52</b>

# SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 Delimitação do tema e problemática .....	13
1.2 Justificativa .....	16
1.3 Objetivos .....	17
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS</b> .....	<b>18</b>
2.1 Pesquisa quanto a abordagem do problema.....	18
2.2 Pesquisa quanto as técnicas empregadas .....	18
2.2.1 Pesquisa bibliográfica.....	18
2.2.2 Pesquisa documental.....	19
2.3 Pesquisa quanto aos objetivos .....	19
2.3.1 Pesquisa descritiva.....	19
2.4 Estudo de caso.....	20
2.5 Coleta de dados .....	20
2.6 Tratamento dos dados.....	20
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>21</b>
3.1 Contabilidade: conceitos e objetivos .....	21
3.2 Contabilidade ambiental: Contexto histórico e conceitos.....	24
3.3 Responsabilidade social o desenvolvimento sustentável.....	28
3.4 A empresa e o meio ambiente!.....	30
3.5 Gestão ambiental.....	32
3.6 Patrimônio ambiental.....	34
3.7 Ativo ambiental .....	35
3.8 Passivo ambiental .....	37
3.9 Custos ambientais.....	39
3.10 Indicadores Verdes .....	42
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>47</b>
4.1 Caracterização da empresa estudada.....	47
4.2 Indicadores de desempenho ambiental da Petrobrás.....	48
4.2.1 Investimentos ambientais gerais.....	48
4.2.2 Investimentos ambientais operacionais.....	49
4.2.3 Custos e despesas ambientais operacionais.....	49
4.2.4 Prevenção e valor adicionado gerado .....	50
4.2.5 Investimentos em meio ambiente por quantidades de trabalhadores.....	51
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>53</b>
<b>REFERENCIAS</b> .....	<b>55</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

O desequilíbrio ambiental pode ser o maior desafio, quando se trata em harmonizar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Segundo, Tinoco e Kraemer (2008) o crescimento constante da população e o desenvolvimento econômico podem ser fatores que ameaçam o ambiente, o que vem levando empresas a descobrir novas áreas de atividades relacionadas à produção de artigos que preservam o ambiente. Tais padrões devem garantir a preservação da natureza e, conseqüentemente, assegurar o desenvolvimento sustentável. Assim, as empresas que ignoram esses padrões, especialmente aquelas cujas atividades trazem danos ao meio natural, são severamente punidas, sendo pena maior a imposta pelos consumidores que procuram deixar de adquirir seus produtos, dando, assim, preferência às corporações que primam pela preservação ambiental.

Devido a crescente degradação ambiental, as empresas sentem-se obrigadas a incorporar aos objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social, visto que a continuidade, como um todo, e a referida importância ambiental abrangem o bem-estar da população na sua integridade. Nesse sentido, a finalidade da contabilidade consiste assim, em fornecer informações que auxiliem as organizações na busca de aumentar sua eficácia e eficiência através de mecanismos financeiros que monitorem os seus empreendimentos a partir dos registros dos fatos (denominados fatos contábeis) que provocam alterações nos bens e propriedades que compõem o patrimônio.

Segundo, Tinoco e Kraemer (2008) a preocupação com o meio ambiente vem alterando profundamente o estilo de administrar. As empresas estão incorporando procedimentos para promoção das reciclagens de materiais, atendimento a situações emergenciais e, até mesmo, análises do ciclo de vida dos produtos e de seu impacto sobre a natureza. Para isso, as plantas industriais vem ganhando modernos equipamentos de controle. Além disso, as equipes de colaboradores começam a ser treinadas permanentemente para seguir processos e normas de segurança em todas as fases da operação, da utilização de matérias-primas ao transporte e entrega dos produtos. Novos processos e tecnologias permitem uma produção mais limpa, praticamente sem resíduos.

Ainda, na ótica de Tinoco e Kraemer (2008) a necessidade de se preservar o meio ambiente deixou de ser preocupação isolada de grupos ambientalistas e de organizações não-governamentais. A humanidade já se conscientizou de que a sobrevivência de todos depende da preservação do meio ambiente.

Diante do exposto, observa-se que as empresas estão buscando cada vez mais *investir recursos financeiros para preservar o meio ambiente, pois ao realizar ações neste sentido, podem estar polindo sua imagem no mercado, que passou a exigir uma postura politicamente correta em relação às questões ambientais. Aqui pode está inserida a contabilidade, como ferramenta de mensuração e evidenciação dessas ações.*

O principal objetivo da contabilidade consiste em gerar informações sobre o patrimônio das entidades, utilizadas no processo de tomada de decisão (IUDÍCIBUS E MARION, 2002). A contabilidade é definida por Gonçalves e Baptista (2004) a ciência que tem por objeto o estudo do patrimônio, a partir da utilização de métodos especialmente desenvolvidos para coletar, registrar, acumular, resumir e analisar todos os fatos que afetem a situação patrimonial. Assim, nota-se que com a adição das informações de natureza ambiental, as demonstrações aumentam; como também permite aos usuários melhores condições de acesso à informação para avaliar a grandeza dos investimentos ambientais comparativamente ao patrimônio e aos resultados que esperam.

Portanto, percebe-se a relevância da participação da contabilidade ambiental, pois pode despertar o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a incluir em sua gestão a variável ambiental. Porém, pode esta aqui o desafio para todos contadores, fazer uma contabilidade voltada ao meio ambiente, que seja integrada e competitiva, e que compreenda movimentos econômicos, operativos e ambientais.

## 1.1 Delimitação do tema e problemática

O processo de tomada de decisão pode acontecer a partir de informações, neste contexto, a Contabilidade é uma ciência que tem como finalidade mensurar e fornecer informações que atendam as necessidades dos seus usuários. Estas informações além de ser úteis, afetam o demonstrativo do desempenho das decisões tomadas em períodos anteriores. Estas informações sintetizam os fatos contábeis e são formatadas nas Demonstrações Contábeis, por sua vez, estas devem ser claras e objetivas, assim, os investidores e clientes podem analisar com precisão a situação econômica e financeira da entidade (IUDÍCIBUS E MARION, 2002).

Neste sentido, Tinoco e Kraemer (2008, p, 27), afirmam que "o objetivo essencial da divulgação financeira é o fornecimento de informações para permitir que os investidores, particularmente aqueles desprovidos de autoridade para especificar a informação que desejam, sejam capazes de predizer os fluxos futuros de caixa da empresa".

As mudanças nos padrões de consumos e da legalidade podem ter gerado necessidades de informações sobre os impactos ambientais causados pelas organizações. Para Franco (1999, p. 38) as "empresas que protegem o meio ambiente são bem vistas pelo consumidor e por investidores, já havendo, em alguns países, fundos especializados em investir em empresas que protegem o ambiente". Neste contexto, a contabilidade ambiental torna-se uma ferramenta gerencial relevante e imprescindível para a mensuração dos ônus decorrentes de impactos no meio ambiente gerado pelas atividades econômicas, bem como para a avaliação de alternativas operacionais e tecnológicas voltadas para o desenvolvimento sustentável (CARVALHO, 2004).

Para Ferreira (2003), a contabilidade ambiental é definida como um conjunto de informações que relatam, em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifica seu patrimônio. Nesse sentido a contabilidade ambiental não representa uma nova modalidade de contabilidade, mas um destaque dado para as informações contidas nos registros contábeis evidenciados.

Diante do exposto, percebe-se que a contabilidade ambiental pode gerar informações que servirão de subsídios para avaliação de desempenho das empresas, provendo dados úteis sobre seu relacionamento econômico e o meio ambiente. Portanto, nesta área encontra-se uma das principais contribuições desta Ciência Social à sociedade, uma vez que presta informações de caráter sócio-ambiental.

Nesse contexto, a gestão empresarial dotada de responsabilidade ambiental seria aquela que tenta *reduzir as agressões ambientais, além de propiciar o melhoramento das condições ambientais existentes* (TACHIZAWA, 2004). Assim, no mundo dos negócios, os investidores se unem aos consumidores nas suas exigências, sendo atraídos pelas empresas socialmente corretas das demais organizações que não valorizam este aspecto. Este novo mercado demanda que as companhias desenvolvam uma postura socialmente responsável e manejem instrumentos diversos para preservação ambiental, diminuição de impactos ambientais e restauração do meio ambiente.

A partir dos anos 70, a conscientização ambiental baseou-se fundamentalmente na *contaminação industrial, resíduos tóxicos, agrotóxicos utilizados na lavoura e a poluição nas cidades*. A legislação decorrente foi marcada por impor o tratamento dos resíduos no final do processo produtivo, o que num primeiro momento foi entendido pelas empresas mais como um entrave, que envolvia um aumento de custos e a ampliação de procedimentos administrativos de controle e acompanhamento da legislação. (TACHIZAWA, 2004).

Embora ainda existam empresários que tenham essa visão, principalmente, em pequenas e médias empresas, hoje a mudança é sensível em relação a percepção da importância da questão ambiental e de como ela pode afetar os seus negócios a curto, médio e longo prazo. A evolução da perspectiva empresarial em relação aos temas ambientais ocorreu paralelamente com o crescimento dessa preocupação em toda sociedade. Os alarmes provocados pelos grandes acidentes ecológicos de repercussão mundial, nacional e local influenciam significativamente o comportamento empresarial, com reflexo nos negócios.

Ao seu papel econômico, que continua fundamental, agrega-se outro que assume conscientemente, maior responsabilidade social, onde se inclui a perspectiva ambiental (DIAS, 2009). Observa-se que o papel das organizações está mudando, ainda que lentamente, mais com rumo definido para uma maior responsabilidade social, inserindo-se como mais um agente de transformação e de desenvolvimento nas comunidades; participando ativamente nos processos sociais e ecológicos que estão no seu entorno e procurando obter legitimidade social pelo exemplo, e não mais unicamente pela sua capacidade de produzir.

Um exemplo de maior papel assumido pelas empresas em termos de responsabilidade socioambiental foi o esforço unificado empreendido por 1.250 indústrias instaladas ao



longo do Rio Tietê em São Paulo, com o objetivo de desenvolver um trabalho de despoluição de suas águas. O resultado, hoje, é que a poluição desse rio está mais ligada a esgotos domésticos, se intervindo uma situação em que as empresas eram as principais responsáveis (DIAS, 2009).

Contudo, nota-se que o investimento ecológico pode ser visto como mais uma oportunidade de gerar novos negócios, novo mercado, e posicionar-se na vanguarda de um segmento ou setor, o que dará visibilidade maior a organização. Hoje, observa-se que, todos os bens manufaturados e comercializados de maneira ambientalmente responsável encontram um maior espaço no mercado, em particular nas regiões e países mais desenvolvidos, embora essa tendência esteja cada vez mais se disseminando.

Dada às evidências apresentadas, depara-se com o seguinte questionamento: Qual o comportamento do desempenho ambiental da Petrobrás nos anos de 2006 a 2008?

## 1.2 Justificativa

A responsabilidade social deve ser entendida como a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade; preservando recursos ambientais e culturais, além de respeitar a diversidade e promover a redução das desigualdades sociais. A Petrobrás foi escolhida por ser uma empresa que realiza práticas sócio-ambientais. Sendo assim, percebe-se que é uma organização que evidencia informações ambientais em sua contabilidade.

O desenvolvimento sustentável deverá satisfazer as necessidades de consumo presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações e satisfazerem suas próprias necessidades. Portanto, é importante que na formação de futuros profissionais da área contábil busque estabelecer uma conscientização quanto à necessidade do setor empresarial de se adequar a conscientização da população no cenário ambientalista.

Assim, observa-se que a contabilidade ambiental diz respeito a toda nação, subsidiando a geração de indicadores que podem ser utilizados no acompanhamento e avaliação das políticas macro econômicas ambientais. Presta-se ao acompanhamento das atividades ambientais, no gerenciamento e controle das atividades econômicas que se relacionem com o meio ambiente, abrangendo a explosão de jazidas de minérios, reservas florestais, controle da utilização da água e uso do solo (TACHIZAWA, 2004).

Para Motta (1995, p. 07) "a introdução da variável ambiental nas contas nacionais não deve ser reduzida somente à finalidade de apresentar agregados de renda. Na realidade a contabilidade ambiental deve ser entendida como um instrumento poderoso para o planejamento".

Assim, para o gerenciamento das empresas, no entanto, dadas as atribuições de cunho decisório, a contabilidade ambiental pode enquadrar-se nos moldes da contabilidade gerencial. Contudo, o Balanço Social e Ambiental 2006 da Petrobrás foi apontado pela *Management Excellence* como o melhor relatório entre as 45 empresas que compõem o Ibovespa, segundo a pesquisa das melhores empresas de sustentabilidade e responsabilidade social realizada no ano de 2006 no Brasil. De acordo com a pesquisa, o BSA (Balanço Sócio Ambiental) obteve a marca de referência no item transparência de 100%.

A Petrobrás faz parte do grupo de trabalho, composto de 6 empresas e 14 escolas de negócio consideradas referência mundial. Sendo escolhida entre 1.200 empresas de todo o mundo como a única empresa de energia e a única da América Latina. A Petrobrás visa ser uma empresa integrada de energia, com forte presença internacional e líder na América Latina, atuando com foco na rentabilidade e na responsabilidade social e ambiental.

### **1.3 Objetivos**

Antes de iniciar qualquer pesquisa é necessário traçar todos os objetivos que deverão ser alcançados, para quem a pesquisa pode ser destinada, para quem essa pesquisa irá servir.

Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 70) toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar, no intuito de responder as perguntas: Por quê? Para quê? Para quem?

#### *1.3.1 Objetivo Geral*

- Verificar o comportamento do desempenho ambiental da Petrobrás nos anos de 2006 a 2008.

#### *1.3.2 Objetivos específicos*

- Analisar as demonstrações contábeis da Petrobrás referente aos anos de 2006 a 2008;
- Selecionar os indicadores ambientais a serem empregados neste trabalho;
- Evidenciar as ações realizadas pela Petrobrás no sentido de conservar o meio ambiente nos exercícios de 2006 a 2008.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Neste capítulo, serão abordados os procedimentos metodológicos utilizados no desenvolvimento do trabalho, além das classificações e da apresentação das variáveis de investigação. Entretanto, é possível notar que a essencialidade da pesquisa é buscar a resolução de problemas e levantar novas teorias sobre um determinado assunto ou testar as teorias já existentes.

### 2.1 Pesquisa quanto a abordagem do problema

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, de acordo com sua natureza, uma vez que buscou-se verificar o comportamento do desempenho ambiental da Petrobrás ao longo dos anos de 2006 a 2008. Portanto, o que se propôs foi quantificar fenômenos e suas conseqüências, assim este trabalho enquadra-se na abordagem qualitativa, conforme conceito de Fialho, Souza e Otani (2007, p. 40) expõem que:

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave.

Para tanto, foi necessário coletar e empregar algumas técnicas estatísticas na quantificação dos dados e na solução da problemática proposta.

### 2.2 Pesquisa quanto as técnicas empregadas

#### 2.2.1 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica pode ser de relevante na construção do marco teórico das pesquisas. Nesta fase são formados os conceitos que envolvem o tema estudado que, obtendo ora por fontes primárias secundárias, conforme aponta Manzo (1971, p. 32), a bibliografia pertinente "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas aonde os problemas não se cristalizam suficientemente" e tem por objetivo permitir ao cientista "o esforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações".

Fialho, Souza e Otani (2007, p. 40) acrescentam que a pesquisa bibliográfica, “consiste na obtenção de dados através de fontes secundárias, utiliza como fontes de coleta de dados, materiais publicados como: livros, periódicos científicos, e revistas [...]”.

Assim, a pesquisa bibliográfica busca através de análises mais aprofundadas relacionar os fenômenos que ocorrem sobre determinado assunto que se quer estudar, destacando a complexidade do estudo. Diferencia-se da pesquisa quantitativa por não empregar dados estatísticos.

### 2.2.2 Pesquisa Documental

Após a pesquisa bibliográfica, caracterizada pela busca de informações de diversas fontes, o procedimento adotado foi uma pesquisa documental a partir dos Relatórios Contábeis da Petrobrás dos anos de 2006 a 2008, disponível no **site da empresa Petrobrás**. Para Marconi e Lakatos (2007, p. 176), “caracteriza-se a pesquisa documental, como uma fonte de coleta de dados, que está restrita aos documentos, escritos ou não, construindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

A pesquisa será bibliográfica, pois se utilizará de materiais que já foram publicados em documentos, como monografias, dissertações, artigos e livro. Esse material é de grande importância na parte teórica. No entanto, é possível perceber que busca-se um ambiente específico para ser estudado, de forma detalhada e aprofundada de um caso.

## 2.3 Pesquisa quanto aos objetivos

### 2.3.1 Pesquisa descritiva

A pesquisa descritiva utiliza-se de material científico, com o propósito de analisá-los e interpretá-los sem qualquer interferência em nenhum dos dados coletados. Para Fialho, Souza e Otani (2007, p. 3) “trata-se da descrição do fato ou do fenômeno através de levantamento ou observações”. Portanto esta pesquisa descreveu as variações dos indicadores entre os períodos de 2006 a 2008, identificando assim, os investimentos na conservação, manutenção e preservação do meio ambiente.

## 2.4 Estudo de caso

Para Fialho, Souza e Otani (2007, p. 42), caracteriza o estudo de caso por “um estudo aprofundado e exaustivo de um caso específico, que seja relevante pelo potencial de abrangência, de forma a permitir, um amplo e detalhado conhecimento do caso”. Então, entende-se que o estudo do caso escolhe um ambiente ou pessoa específica a ser estudado de forma profunda, detalhando um conhecimento do caso.

## 2.5 Coleta de dados

Os dados foram obtidos nas Demonstrações Contábeis disponíveis no site da Petrobras, alguns destes dados são denominados da seguinte forma: Perdas ambientais, Custos ambientais operacionais e Patrimônio Líquido.

O quadro 1, sintetiza as variáveis de investigação, seus conceitos e indicadores.

**Quadro 1 - Variáveis de investigação.**

Variáveis:	Conceito:	Indicadores:
Contabilidade Ambiental	Um sistema destinado a dar informações sobre a rarefação dos elementos naturais, engendrado pelas atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar esta rarefação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Investimentos Ambientais Gerais;</li> <li>✓ Investimentos Ambientais Operacionais;</li> <li>✓ Diminuição do patrimônio dos acionistas em decorrência de fatores ambientais;</li> <li>✓ Perdas ambientais da empresa;</li> <li>✓ Custos ambientais operacionais;</li> <li>✓ Despesas ambientais e as operações;</li> <li>✓ Prevenção e valor adicionado gerado;</li> <li>✓ Remediação e prevenção.</li> </ul>
Balanco Social	Ser equitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa. Essa é a missão da contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física de produtividade e de qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Tributos;</li> <li>✓ Contribuições para sociedade /investimentos na cidadania.</li> </ul>

Fontes: Paiva (apud CHRISTOPHE, 2006, p. 17/65)

## 2.6 Tratamento dos dados

Os dados obtidos nos relatórios contábeis da Petrobrás foram organizados e tabulados com o auxílio da ferramenta Excel. Esses dados serviram como base para calcular os indicadores ambientais proposto neste trabalho, os resultados obtidos foram sintetizados e expostos em gráficos.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 Contabilidade: conceitos e objetivos

De maneira geral, pode-se dizer que um sistema de informação contábil será tão avançado quanto mais for capaz de produzir todos os relatórios gerenciais (além dos tradicionais) da forma mais automática e repetitiva possível, com o menor grau de trabalho adicional por parte do Contador. Nesse caso, tem-se um sistema contábil e estratégico (IUDÍCIBUS, 2002).

Por outro lado, a maior parte das informações contidas nas demonstrações emanadas do sistema de informação contábil se refere a aspectos do patrimônio da entidade objeto de contabilização e observa dimensões econômicas de contabilidade (principalmente na Demonstração de Resultado do Exercício), financeiras (principalmente no Balanço Patrimonial) é, às vezes, físicas e de produtividade nos sistemas modernos mais avançados, bem como de natureza social e ambiental (IUDÍCIBUS, 2002).

"A contabilidade não é uma ciência exata. Ela é uma ciência social, pois é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. A Contabilidade utiliza os métodos quantitativos (matemática e estatística) como sua principal ferramenta" (IUDÍCIBUS, 2002, p. 35).

Assim, a definição da Contabilidade elaborada por Carvalho (1956, p. 15):

É ciência que tem por objeto o estudo dos livros, documentos, cálculos e contas por meio dos quais se registram e classificam os atos e fatos administrativos cujos efeitos sobre o patrimônio ela ensina a pôr em evidência, dando normas para apresentação gráfica dos mesmos.

Nesse sentido, considera-se como conteúdo verdadeiro da Contabilidade os fatos de gestão, representados mediante os métodos, sistemas e processos de escrituração, que constituem o instrumental desta ciência.

Destacam-se os estudos de alguns teóricos como Herman, (1972), que aceitam o princípio da personificação das contas, introduziu-lhes o conceito jurídico dos direitos e obrigações, substituindo a pessoa intermediária entre o proprietário e a azienda.

A Contabilidade, considerando a azienda em toda a sua extensão, na sua organização e nos seus fins, indaga-lhe as funções, determinam sob que critério deve ser baseado as várias responsabilidades dos

administradores e dos agentes e fornece os métodos e os meios com que se devem conhecer, medir, computar e demonstrar os resultados obtidos nos vários períodos da vida. (HERMAN 1972, p. 43).

Partindo da premissa desse autor, pode-se dizer que contabilidade é uma ciência que permite, através de suas técnicas, manter uma organização e um controle permanente do patrimônio da empresa. Sua principal finalidade seria fornecer informações sobre o patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitam assim as tomadas de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários, bem como daqueles que pretendem investir na empresa.

Kroetz (2000, p. 24) assinala que,

Entendendo a contabilidade como uma ciência social, é vital compreendê-la como um sistema aberto, sendo importante verificar a caracterização e a evolução da teoria Geral dos Sistemas, que nasceu da necessidade de se ter uma teoria maior, a da totalidade, que pudesse não só aglomerar, de forma organizada, pequenas células, mas também procurando situá-la num sistema maior, objetivando a resolução de problemas.

Assim, a contabilidade percorre por várias correntes de pensamento dentro do contexto econômico e social do próprio tempo em que foram se desenvolvendo os estudos e ampliando-se o número de estudiosos da ciência contábil, entre as quais se destacam o Contismo, o Personalismo, o Neocontismo, o Controlismo, o Aziendalismo, o Patrimonialismo e o Neopatrimonialismo oriundos da Escola Italiana (Européia) de Contabilidade, como também a corrente proveniente da Escola Anglo-Saxônica de origem Norte-Americana (FRANCO, 1997).

Para Franco (1997, p. 21) a Contabilidade:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e os resultados econômicos decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Nesse sentido, observa-se a partir do pensamento deste autor, que o surgimento da contabilidade pode ser explicado pela necessidade de suprir as limitações da memória humana mediante um processo de classificação e registo que lhe permitisse recordar facilmente as variações sucessivas de determinadas grandezas, para que em qualquer momento pudesse saber a sua dimensão. Progressivamente, a contabilidade



transforma-se numa fonte de informações na medida em que pode facultar, a qualquer momento, o conhecimento da situação econômica e Patrimonial da empresa e o andamento dos seus negócios.

A contabilidade pode ser uma fonte de registro, interpretação e geração de informação de dados empresariais e governamentais, deve também, passar a preocupar-se com o retorno a ser dirigido a toda a sociedade, conforme disse o presidente da França, Jacques Chirac, em seu discurso na sessão plenária de encerramento do XV Congresso Mundial de Contadores, em 1997, (DIAS, 2009).

Contudo Dias (2009, p. 33) relata que:

[...] A profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização na economia. Isso porque vocês não se restringem a cuidar de contas. Vocês são conselheiros e, às vezes, confidentes das administrações de companhias, que tenha importante papel a desempenhar, especialmente em assuntos sociais e tributários.

Por esta abordagem, a contabilidade deveria retratar os fatos e eventos relativos à entidade de forma justa, não enviesada. Entretanto, Contadores diferentes e circunstâncias diferenciadas podem atribuir ou dar diferentes sentidos ao que seria justo ou não. Contudo, o que pode vir a ser contabilidade e, conseqüentemente sua teoria, é necessário estar atentos, isto sim, aos desenvolvimentos econômicos e sociais da sociedade e, portanto, às necessidades emergentes dos usuários, a fim de supri-los das informações necessárias, sempre mantendo o custo/benefício do sistema de informação o mais competitivo possível.

No campo conceitual da contabilidade, assume importância fundamental o conceito de ativos, o que é enfaticamente destacado por Ludicibus (2000, p. 129)

É tão importante o estudo do ativo que poderia dizer que é o capítulo fundamental da Contabilidade, porque à sua definição e avaliação está ligada a multiplicidade de relacionamentos contábeis que envolvem receitas e despesas.

O autor prossegue afirmando que além de envolver valiosa discussão sobre as diferentes metodologias para a mensuração de elementos patrimoniais, o conceito de

ativos é de utilidade para a definição de outros importantes termos como receitas, despesas, passivos e patrimônio líquido.

### 3.2 Contabilidade ambiental: contexto histórico e conceitos.

Na década de 70, surgiram, em várias partes do mundo, movimentos organizados que passaram a discutir os problemas para minimizar impactos ambientais negativos, inclusive os decorrentes de atividades econômicas, de modo especial, os originados nas indústrias.

Realizou-se, em 1972, a 1ª Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, Organizações das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo na Suécia. Foi a primeira conferência internacional das Nações Unidas que tratou das relações entre o homem e o meio ambiente, e poluição foi a palavra-chave desse encontro. A ONU (Organizações das Nações Unidas) criou um mecanismo institucional para tratar de questões ambientais – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, 1972)

Em 1975, foi realizado, em Belgrado, um Seminário Internacional de Educação com a participação de vários países, resultando a Carta de Belgrado, estabelecendo que qualquer ação de preservação ambiental deveria, primeiramente, passar por uma educação ambiental. Destaca-se, nos anos 80, o manifesto Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland, do Conselho Mundial de desenvolvimento e Meio Ambiente da ONU, onde foi fixado o conceito de desenvolvimento sustentável. (DIAS, 2009)

A crescente preocupação com a preservação do meio ambiente e os esforços para a obtenção de estratégias de desenvolvimento sustentável tem conduzido diversos ramos de conhecimento a experimentar novas especialidades que estejam voltadas para este fim.

Com o surgimento da Contabilidade Ambiental em 1970, as empresas passaram a se preocuparem com os problemas do meio ambiente. A Contabilidade Ambiental é a contabilização dos benefícios e prejuízos que o desenvolvimento de um produto, ou serviço, pode trazer ao meio ambiente, podendo tornar-se um conjunto de ações planejadas para desenvolver um projeto, levando em conta a preocupação com o meio ambiente (MAIOR, 2001).

Para Maior (2001), a idéia de fazer uma contabilidade ambiental dentro das empresas, medirem gastos e recursos para a produção de bens de consumo, veio com a crise do

petróleo, em 1974, quando o produto chegou a um altíssimo custo e estava em escassez. Acrescenta ainda que, nesta época, as pessoas entenderam que as matérias-primas era um recurso natural, cuja fonte não seria infinita.

Contudo, nota-se que a contabilidade ambiental tornou-se um ramo de conhecimento recente que busca inserir a contabilidade dentro do âmbito da gestão de empresas preocupada com a questão ambiental (PAIVA, 2006).

Sendo a contabilidade um instrumento de identificação, registro, acumulação, análise, interpretação e informação das operações empresariais aos sócios, acionistas e investidores em geral, além dos administradores, obviamente, ela se configura. Conforme Queiroz (2000, p. 81),

Como o melhor mecanismo de gestão disponível ao empresariado, cujos resultados apurados podem ser tornados visíveis à sociedade, com relativa facilidade, mediante a apresentação de balanços mais complexos, que incluam, em seu corpo, as respostas aos questionamentos sociais.

Portanto, verifica-se que a não incorporação dos custos ambientais ao custo dos produtos, poderá ocasionar ao meio ambiente, sérias conseqüências, já que as empresas continuarão sua trajetória, desconsiderando a utilização dos recursos naturais, e no futuro, quando passar a existir um controle rígido, por essas atitudes, elas se depararão com custos ainda desconsiderados em seu produto, podendo vir a torná-lo pouco competitivo.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008), a contabilidade Ambiental pode ser entendida como a atividade de identificação de dados e registros de eventos ambientais, processando a geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetros em sua tomada de decisão.

Contudo, a contabilidade ambiental eficiente, desenvolve-se para atingir finalidades específicas, que podem estar relacionadas com o fornecimento de dados, abrangendo, dentre outros, os seguintes aspectos que são relatados por Paiva (2003, p. 45)

- A medição de danos ambientais;
- A estimação do impacto da adoção de ações voltadas para a sustentabilidade ambiental do negócio sobre a rentabilidade;
- A observância da legislação relativa ao meio ambiente e reduzir multas e encargos;

- A identificação de métodos e procedimentos para o controle das operações que diminuam a emissão de resíduos;
- A geração de informações para a tomada de decisões e de planejamento.

Assim, a evolução recente da gestão ambiental tem ressaltado inúmeras inovações estruturais e funcionais voltadas para a percepção e monitoramento das externalidades decorrentes de cada um dos diversos segmentos de atividade econômica no sentido de estimular o desenvolvimento sustentável com a manutenção de padrões de desempenho semelhantes aos atuais.

Dentro deste contexto, Tinoco e Kraemer (2008) destacam que a contabilidade ambiental tem fornecido contribuições inovadoras no que se refere às informações contábeis em três vertentes principais, a saber: definição de custos, despesas operacionais e passivos ambientais; formas de mensuração do passivo ambiental; uso intensivo de notas explicativas e divulgação de relatórios ambientais.

Qualquer abordagem adotada para ressaltar os elementos contábeis que estejam ligados a eventos que ocorram no âmbito interno que possam gerar impactos sobre o meio-ambiente deve ser compatível com a estrutura organizacional, os procedimentos de evidenciação e mensuração contábil, as atividades produtivas, bem como a natureza das informações que a administração deseja.

Moura (2002, p. 157) aborda a inserção de práticas gerenciais voltadas para o aprimoramento do desempenho ambiental das empresas como fator estratégico, destacando as seguintes razões:

- Maior satisfação dos clientes;
- Melhoria da imagem da empresa;
- Conquista de novos mercados;
- Redução de custos;
- Melhoria do desempenho da empresa;
- Redução de riscos;
- Maior permanência dos produtos no mercado;
- Maior facilidade na obtenção de financiamentos;
- Maior facilidade na obtenção de certificação;
- Melhoria da imagem da organização.

Para Tinoco e Kraemer (2008), podem ser apontadas três perspectivas complementares associadas à adoção da contabilidade ambiental como um instrumento gerencial, a saber:

- Gestão interna ⇒ Suporte para a gestão ambiental para reduzir custos e despesas operacionais e melhorar a qualidade dos produtos;

- Exigências legais ⇒ Maior controle sobre riscos ambientais para reduzir multas e indenizações;
- Demanda dos parceiros sociais ⇒ Pressões oriundas da sociedade por melhores práticas empresariais sobre a questão do meio ambiente.

Diante disso, a Contabilidade Ambiental passou a ter *status* de um novo ramo da ciência contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do "relatório financeiro e contábil sobre passivo e custos ambientais" pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*). (BERGAMINI, 2000)

Nesse contexto, analisa-se que a Contabilidade Ambiental deve ter como principal objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira da empresa que reporta tais transações, devendo assegurar, conforme Bergamini (2000) que os custos, ativos e passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade; e que o desempenho ambiental tenha ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam (PAIVA, 2006)

Diante disso, a contabilidade ambiental se propõe a apresentar o relato ambiental de forma destacada nas demonstrações contábeis, portanto, sua implementação depende da definição de uma política contábil que considere a segregação dos itens relativos aos impactos ambientais das atividades da empresa no meio ambiente, prevendo, por exemplo, que os custos ambientais devem ser apresentados de forma segregada, desdobrados em itens de natureza operacional e não-operacional, e em itens recorrentes e extraordinários

Bergamini (2000, p.11) afirma que:

As inovações trazidas pela Contabilidade Ambiental estão associadas a pelo menos três temas: a) a definição do custo ambiental; b) a forma de mensuração do passivo ambiental, com destaque para o decorrente de ativos de vida longa; e c) a utilização intensiva de notas explicativas abrangentes e o uso de indicadores de desempenho ambiental, padronizados no processo de fornecimento de informações ao público.

Assim, a Contabilidade Ambiental constitui-se numa nova especialidade da Ciência Contábil com base na materialidade dos valores envolvidos. De acordo com Bergamini (2000), o usuário externo da informação contábil materializa toda informação, no entanto, pode levá-lo ao erro sobre a avaliação do empreendimento e de suas tendências, o que se aplica de forma plena às informações sobre o desempenho ambiental das empresas.

A avaliação da utilidade da Contabilidade Financeira Ambiental, segundo Bergamini (2000), deve ser realizada tendo em vista o atendimento das finalidades que pretendem atingir, que são: expor o progresso da empresa no gerenciamento das questões ambientais de forma comparada com empresas-pares e durante o decorrer do tempo; apresentar o nível de sua exposição ao risco ambiental para a comunidade de negócios e para a sociedade em geral; e demonstrar a capacitação gerencial da empresa na administração de questões ambientais, e apresentar a forma como a mesma integra essas questões à sua estratégia geral de longo prazo.

Para que as organizações equacionem seu envolvimento com a questão ambiental, precisam incorporar no seu planejamento estratégico e operacional um adequado programa de gestão ambiental, compatibilizando os objetivos ambientais com os demais objetivos da organização (TINOCO e KRAEMER, 2008).

Neste sentido, a contabilidade ambiental tem se configurado com uma das mais importantes atividades relacionadas com qualquer empreendimento. Antonius (1999, p. 3) revela que, de modo geral:

O gerenciamento ambiental pode ser conceituado como a integração de sistemas e programas organizacionais que permitam: a) o controle e a redução dos impactos no meio ambiente, devido às operações ou produtos; b) o cumprimento de leis e normas ambientais; c) o desenvolvimento e uso de tecnologias apropriadas para minimizar ou eliminar resíduos industriais; d) o monitoramento e avaliação dos processos e parâmetros ambientais; e) a eliminação ou redução dos riscos ao meio ambiente e ao homem; f) a utilização de tecnologias limpas (*Clean Technologies*), visando minimizar os gastos de energia e materiais; g) a melhoria do relacionamento entre a comunidade e o governo; h) a antecipação de questões ambientais que possam causar problemas ao meio ambiente e, particularmente, à saúde humana.

Sendo assim, estes sistematizam todas as etapas e processos envolvidos com o desenvolvimento das atividades corporativas relativas ao meio ambiente, desde a contratação de recursos humanos até a distribuição dos bens e produtos almejados. Desta forma, é possível tornar as etapas de trabalho mais inteligentes, mediante a priorização de metas e prazos, e a uma utilização mais racional dos recursos disponíveis.

### **3.3 Responsabilidade social o desenvolvimento sustentável**

Segundo Donaire (1999, p. 20)

A responsabilidade social implica um sentido de obrigação para com a sociedade, esta responsabilidade assume diversas formas, entre as quais se incluem proteção ambiental, projetos filantrópicos e educacionais planejamento da comunidade, equidade nas oportunidades de emprego, serviços sociais em geral de conformidade com o interesse público.

Assim, observa-se que cada vez mais ganha vigor e atualidade a discussão sobre o papel das empresas como agentes sociais no processo de desenvolvimento. Neste sentido, Sucupira (2000) refere que se torna fundamental que assumam não só o papel de produtoras de bens e serviços, mas também o de responsável pelo bem-estar de seus colaboradores.

Contudo, para proporcionar o bem-estar da população, as empresas necessitam, de acordo com Martins e Ribeiro (1995, p. 2), empenhar-se na:

Manutenção de condições saudáveis de trabalho, segurança, treinamento e lazer para seus funcionários e familiares; contenção ou eliminação dos níveis de resíduos tóxicos, decorrentes de seu processo produtivo e do uso ou consumo de seus produtos, de forma a não agredir o meio ambiente de forma geral; elaboração e entrega de produtos ou serviços de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas pelos consumidores.

Nesse sentido, o reconhecimento da responsabilidade social para com o meio ambiente pode ser a tarefa mais difícil e demorada para ser assumida pelas empresas. Esta resistência se deve, entre outros, aos seguintes fatores explicito por Martins e Ribeiro (1995, p. 187).

- Altos custos: os custos para aquisição de tecnologias necessárias para contenção, redução ou eliminação de resíduos tóxicos, como todo processo tecnológico em desenvolvimento, eram bastantes elevados, o que gerava um forte impacto no fluxo de caixa das empresas e, numa visão superficial, sem proporcionar reflexos positivos, em termos de receitas;
- Inexistência de legislação ambiental ou de rigor nas já existentes: a legislação sobre o assunto é relativamente recente, sendo que as penalidades contidas nas mais antigas não serviam como instrumento inibidor para seus infratores, dado que era menos oneroso para a empresa arcar com os encargos de uma multa do que adquirir equipamentos antipoluentes;
- Os movimentos populares não eram fortes e coesos o bastante para unir e conscientizar toda a sociedade;

- Os consumidores não associavam a atuação e comportamento da empresa ao consumo de seus produtos.

Devido a incontestável realidade, muitas empresas utilizavam tais investimentos como elementos de marketing, para demonstrar a sua preocupação com o meio ambiente, fazendo projeção de sua imagem com a de seus produtos junto à sociedade. Portanto, esta política de marketing tornou-se um fator competitivo entre as empresas concorrentes (MARTINS e RIBEIRO, 1995).

### 3.4 A empresa e o meio ambiente

Segundo Dias (2007), as empresas são as responsáveis principais pelo esgotamento e pelas alterações ocorridas no meio ambiente, de onde obtêm os insumos que serão utilizados para obtenção de bens que serão utilizados pelas pessoas. A contaminação do meio natural pelas indústrias teve início com a Revolução Industrial no século XIX, e dessa época em diante o problema teve um crescimento exponencial, provocando inúmeras catástrofes ambientais que tiveram enorme repercussão local, regional e global.

Ainda Dias (2007), um dos problemas mais visíveis causados pela industrialização é a destinação dos resíduos de qualquer tipo (sólido, líquido ou gasoso) que sobram do processo produtivo, e que afetam o meio ambiente natural e a saúde humana.

Segundo Queiroz (2000, p. 79),

Implementar processos de gestão possibilita, ainda, controlar o rendimento e a adequação de recursos humanos e materiais aos processos de trabalhos internos, e disponibilizar informações aos setores envolvidos – fornecedores, clientes, investidores, de forma mais ágil, transparente e livre de vícios.

Observa-se que apesar de demandarem determinados custos e investimentos, trazem um rápido retorno às empresas, tanto pela economia obtida como pela racionalização, e otimização de níveis de eficiência agregados aos bens e serviços.

As atividades de cunho ambiental, de acordo com Wernke (2001, p. 46), passaram a ser, mercadologicamente, estratégicas por uma razão fundamental: “influenciam substancialmente a continuidade da empresa, em decorrência do significativo efeito que exercem sobre o resultado e a situação econômico-financeira”. Isso porque seus impactos podem culminar na exclusão destas atividades no mercado, basicamente em função da perda de clientes para concorrentes que ofertem produtos e processos



ambientalmente saudáveis; da perda de investidores potenciais, que estejam preocupados com a questão ecológica global e com a garantia de retorno de seus investimentos; de restrições creditícias no mercado financeiro, atualmente pressionado pelas co-obrigações ambientais; ou de penalidades governamentais de natureza decisiva, como imposição de encerramento das atividades, ou multas de valores substanciais e de grande impacto no fluxo de caixa das companhias (WERNKE, 2001).

As informações sobre o provável futuro ambiental da empresa podem ser utilizadas para encorajar operações prudentes e defensivas de redução de resíduos, através da melhora das práticas de fabricação, embarque e disposição. Além disso, podem oferecer informações estratégicas em termos de diversificação de produção, investimento em pesquisa e tecnologias e, até mesmo, sinalização para mudança de rota nos negócios, e ainda, influenciar agências reguladoras e formadoras de políticas públicas, subsidiar o programa de gerenciamento de risco e dar transparência a riscos ocultos em fusões e aquisições. (DIAS, 2009).

Porter & Linde (1995) dizem que as empresas dificilmente estão cientes do custo da poluição em termos de desperdícios de recursos, de esforços e diminuição de valor para o consumidor. Nesse caso, a empresa deve avaliar o seu processo, mediante uma auditoria ambiental, enfocando os custos desnecessários (gastos excessivos de água e energia). Portanto, o controle de custos pode ser usado como ferramenta para prevenir futuros impactos ambientais.

Neste sentido, pode-se ressaltar que as empresas podem estar mais preocupadas atualmente em evitar estes impactos ambientais, agindo desta forma, as empresas ganham mais espaço no mercado. A competitividade, a eficiência, a qualidade, a produtividade, a flexibilidade de produção, a inovação tecnológica, a satisfação de clientes, e os cuidados com o meio ambiente são alguns tópicos que fazem parte das preocupações cotidianas dos gestores na atualidade. (Dias, 2009).

Rebollo (2001, p.15) enfoca que "o meio ambiente e a gestão ambiental são variáveis que se estão destacando no meio empresarial". Neste sentido, o desafio para a contabilidade está na mudança de paradigma, para um modelo contábil ambiental, uma contabilidade integrada e competitiva que compreenda movimentos econômicos, operativos e ambientais.

### 3.5 Gestão ambiental

Gestão ambiental é um sistema que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades. (TINOCO E KRAEMER, 2007).

Segundo Ferreira (2007), o processo de gestão ambiental leva em consideração todas aquelas variáveis de um processo de gestão, tais como o estabelecimento de políticas, penalidades, decisão, coordenação, controle, entre outros, visando principalmente ao desenvolvimento sustentável.

Portanto, quando a empresa demonstra que utiliza tecnologias limpas, que conservam o meio ambiente poderá angariar benefícios adicionais, tais como: um aumento no comprometimento dos funcionários, menos taxas e multas por danos ambientais, menores custos de produção e de disposição de resíduos, além de ter acesso a melhores oportunidades de negócios. Poderá inclusive explorar a vantagem competitiva de estar fornecendo bens e serviços ambientalmente adequados.

Continuamente, estão sendo feitos progressos no sentido de se proteger o meio ambiente e reduzir, prevenir ou mitigar os efeitos da poluição, e, em conseqüência, há uma tendência das empresas em abrir para a comunidade uma grande quantidade de dados sobre uma política ambiental, seus programas de gerenciamento ambiental e o impacto de seu desempenho ambiental, econômico e financeiro.

Contudo, a gestão ambiental oferecerá à empresa oportunidades de adicionar valor e, possivelmente, obter vantagem competitiva por meio da percepção pública, economia de custos ou rendimentos adicionais, enquanto alivia os efeitos de seus produtos e processos produtivos no ambiente.

No que tange às vantagens competitivas da gestão ambiental das empresas, Maimon (1996, p. 72) afirma que “em termos organizacionais, os parâmetros relacionados ao meio ambiente passam a ser levados em conta no planejamento estratégico, no processo produtivo, na distribuição e disposição final do produto”. Há uma mudança comportamental em todos os níveis da empresa e uma legitimidade da responsabilidade ambiental.

Nessa circunstância, percebe-se que nos últimos anos a gestão ambiental tem adquirido cada vez mais uma posição destacada, em termos de competitividade, devido a eficiência e benefícios como um todo e alguns fatores particularmente potencializados, estes fatores trazem muitas vantagens a empresa no sentido de competitividade. Entre algumas vantagens competitivas da gestão ambiental, podemos identificar as seguintes em Dias (2009, p. 275):

- Com o cumprimento das exigências normativas, há melhora no desempenho ambiental de uma empresa, abrindo-se a possibilidade de maior inserção num mercado cada vez mais exigente em termos ecológicos, com a melhoria da imagem junto aos clientes e a comunidade;
- Adotando um *design* do produto de acordo com as exigências ambientais, é possível torná-lo mais flexível do ponto de vista de instalação e operação, com um custo menor e uma vida útil maior;
- Com a redução do consumo de recursos energéticos, ocorre a melhoria na gestão ambiental, com a conseqüente redução nos custos de produção;
- Com a otimização das técnicas de produção, pode ocorrer melhoria na capacidade de inovação da empresa, redução das etapas de processo produtivo, acelerando o tempo de entrega do produto e minimizando o impacto ambiental do processo;
- Com a otimização do uso do espaço nos meios de transporte, há redução nesse tipo de gasto com a conseqüente diminuição do consumo de gasolina, o que diminui a quantidade de gases no meio ambiente.

Haverá vantagens na negociação com seguradoras, na determinação de níveis adequados de reservas financeiras e na reformulação da estratégia da companhia e práticas gerenciais. Para Wemke (2001, p. 47), na gestão ambiental, “o primeiro passo para conquistar a vantagem competitiva em custos é eliminar o desperdício”.

Diante desse contexto, percebe-se que as empresas que adotarem estas vantagens, e investirem em projetos de preservação e conservação do meio natural, além de otimizar os gastos com produção, evita o impacto ambiental e poderá ainda futuramente obter lucratividade.

Neste sentido, uma empresa que reconhece suas responsabilidades ambientais deverá diminuir seu risco financeiro futuro resultante de incidentes ambientais. Ao mesmo tempo, esta empresa deverá pagar menores prêmios de seguro em conseqüência do menor risco. Uma taxa de risco ambiental baixa também pode assegurar à empresa menores taxas de juros na captação de recursos (DIAS, 2009).

Donaire (1999, p. 108) afirma que os programas de gestão ambiental “estabelecem atividades a serem desenvolvidas, na seqüência entre elas, bem como quem são os responsáveis pela sua execução”. Normalmente devem abranger os aspectos

ambientais mais importantes e buscar uma melhoria contínua, ampliando seu escopo de atuação com o passar do tempo. Devem ainda possuir dinamismo e flexibilidade suficientes para se adaptar às mudanças que podem ocorrer tanto no seu ambiente imediato quanto no seu ambiente futuro.

A implantação do Sistema de Gestão Ambiental também pode ser um fator importante para a empresa, e se dá em cinco etapas sucessivas e contínuas, pontuadas por Maimon (1995, p. 72), que são: "Política Ambiental da organização; Planejamento; Implementação e Operação; Monitoramento e Ações Corretivas; e Revisões no gerenciamento". Todas essas etapas buscam a melhoria contínua, ou seja, um ciclo dinâmico no qual está se reavaliando permanentemente o sistema de gestão e procurando a melhor relação possível com o meio ambiente.

Para que seja estabelecido um Sistema de Gestão Ambiental deverão ser identificados todos os aspectos pertinentes às atividades, produtos e serviços das organizações e os impactos significativos que poderão provocar no meio ambiente. Essa identificação pode ser realizada através de uma revisão inicial, englobando pelos menos as seguintes áreas: Legislação e outros instrumentos legais e normativos; Aspectos ambientais; Análise das práticas e procedimentos de gestão ambiental; Avaliação dos incidentes/acidentes prévios. (TINOCO e KRAEMER, 2008)

Assim, a importância da Contabilidade do Meio Ambiente tem crescido no âmbito das empresas em geral, porque a disponibilidade ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objeto do debate econômico, político e social em todo o mundo. Cabendo a esta vertente das Ciências Contábeis a mensuração do Patrimônio Ambiental, composto de Ativos e Passivos Ambientais.

### **3.6 Patrimônio ambiental**

Na discussão sobre a evolução do conceito de patrimônio ambiental cabe levantar um aspecto importante, que diz respeito à sua origem: se por seu aspecto de construção social ele deve ser considerado resultado de um processo de avaliação, não nascendo como algo perfeitamente acabado, não constituindo um projeto fechado em si, mas produto da ação humana sobre determinado território ao longo do tempo (história) e materialização da memória social, por outro lado, as ações e políticas de preservação continuam a ser pautadas a partir da noção de monumento (RIBEIRO e GRATÃO, 2000).

O patrimônio Líquido representa o total das aplicações dos proprietários na empresa. Toda empresa necessita de um capital inicial para efetuar suas primeiras aquisições, suas obrigações etc. Essa quantia concedida pelos empresários, denominada contabilmente como capital social da entidade, que pode no decorrer do tempo aumentar. O patrimônio é classificado como uma obrigação não exigível (que não pode reclamar, exigir de volta) (MARION, 2004).

Portanto observa-se neste contexto que um proprietário ao investir na entidade, não terá o direito de exigir de volta o que foi investido. Neste caso, o proprietário pode optar por vender suas ações à outra pessoa, desde que não comprometa a empresa. No segundo momento. Estes recursos só seriam devolvidos ao sócio no encerramento da empresa (MARION, 2004).

De acordo com Ribeiro e Gratão (2000, p. 6) "O patrimônio ambiental é composto pelo conjunto dos ativos e passivos ambientais". Neste contexto, para que uma empresa obtenha lucratividade, é necessário gerar receitas e despesas, o que para a empresa é de grande importância, pois está crescendo o seu patrimônio.

Ribeiro e Gratão (2000, p. 7) complementam afirmando que,

Não há que se pensar em sua identificação física, já que os recursos próprios são formados ao longo da existência da companhia e são utilizados indistintamente nas mais variadas necessidades apresentadas pelo processo operacional da empresa, não cabendo, portanto, a identificação do capital ambiental ou das reservas de lucros ambientais.

Há sim, a possibilidade de identificação de uma Reserva de Lucros para Contingências Ambientais, sendo, contudo, decorrente de uma situação muito específica em que seja prevista a existência de uma significativa e inevitável perda no futuro. Assim, o patrimônio ambiental embora existente, não é passível de segregação dos elementos que compõem o patrimônio líquido na sua forma tradicional. (Junior, 1999)

### **3.7 Ativo Ambiental**

Os Ativos Ambientais representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações adquiridos ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com

pesquisas, visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longo prazo, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes (TINOCO E KRAEMER, 2007).

Contudo, os Ativos ambientais, todos decorrentes de investimentos na área do meio ambiente, *deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada, os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental* (IUDÍCIBUS E MARION, 2002).

Ainda assim, os ativos Ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Neste sentido, Ribeiro & Gratão (2000, p. 4) dizem que “recebem tal classificação parte dos estoques, especificamente aqueles destinados à finalidade referida”.

Tais estoques podem ser compostos por insumos que serão utilizados diretamente no processo produtivo, principalmente pelos que serão utilizados diretamente no processo produtivo, para eliminar, durante os procedimentos operacionais, o surgimento de resíduos poluentes. Além disso, podem ser itens que serão consumidos pós-operação, de forma a realizar a limpeza dos locais afetados ou a purificar os resíduos produtivos, como as águas, os gases, os resíduos sólidos que serão depositos, de alguma forma, no meio ambiente natural.

Existem algumas polêmicas na identificação dos ativos ambientais, devido o surgimento das tecnologias limpas. Para Ribeiro & Gratão (2000, p. 4), “essas tecnologias compreendem novos meios de produção, dotados de mecanismos que impedem a produção de refugos”. Tratando-se de meios de produção e transformação, são ativos operacionais propriamente ditos e não ativos ambientais.

Os ativos operacionais podem sofrer desgaste acelerado em função de sua exposição obrigatória ao meio ambiente poluído. Nesse caso, de acordo com Ribeiro & Gratão (2000, p. 4), “os efeitos do diferencial de vida útil, provocado por tal exposição, deve ser considerado como custo ambiental, dado que reflete as perdas decorrentes do meio ambiente poluído”. Essa situação ficará patente nos casos em que os ativos possam ser comprados, com seus pares instalados, em ambientes menos afetados pela poluição.

As características dos ativos ambientais são diferentes de uma organização para outra, pois a diferença entre os vários processos operacionais das distintas atividades econômicas devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, e preservação do meio ambiente. Os bens, cuja classificação se der no ativo permanente imobilizado ambiental e ativo permanente diferido ambiental, exceto

aqueles de vida útil inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, cujos valores serão excluídos, quando da apuração do Lucro Real, estão sujeitos à depreciação/amortização (TINOCO e KRAEMER, 2000)

Neste sentido, uma empresa usa seus ativos para manter suas operações, a fim de gerar receitas que superem o valor dos ativos sacrificados em troca, provisionando futuramente um retorno satisfatório no fluxo de caixa. Este fluxo de caixa pode ser precedido de um fluxo de serviços, mas esse fluxo, isolada ou conjuntamente com outros, serve, em última análise, para gerar fluxos de caixa (IUDÍCIBUS e MARION, 2000).

### **3.8 Passivo ambiental**

Os passivos ambientais normalmente são contingências formadas em longo período, sendo despercebidos às vezes pela administração da própria empresa. (TINOCO e KRAEMER, 2007).

Tinoco e Kraemer, (2000, p. 22) afirmam que "passivos são obrigações que exigem a entrega de ativos ou prestação de serviços em um momento futuro, em decorrência de transações passadas ou presentes".

Passivo Ambiental representa toda e qualquer obrigação de curto e longos prazos, destinados única e exclusivamente a promover investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental (RIBEIRO, 2000).

Passivos ambientais referem-se segundo Martins e De Luca (1994, p. 27), "a benefícios econômicos, que serão sacrificados em função de obrigações contraídas perante terceiros, para preservação e proteção ao meio ambiente". Tem origem em gastos relativos ao meio ambiente, que podem se constituir em despesas do período atual ou anteriores, aquisição de bens permanentes, ou na existência de riscos de esses gastos virem a se efetivar (contingências)

Os Passivos Ambientais, conforme Ribeiro e Gratão (2000), ficaram amplamente conhecidos pela sua conotação mais negativa, que diante disso as empresas que o possuem agrediram significativamente o meio ambiente e, dessa forma, têm que pagar vultosas quantias a título de indenização de terceiros, de multas e para a recuperação de áreas danificadas.

Deve-se ressaltar que os passivos ambientais, como dizem as autoras acima citadas, não têm origem apenas em fatos de conotação tão negativa. Eles podem ser originários de atitudes ambientalmente responsáveis como os decorrentes da manutenção de sistema de gerenciamento ambiental, os quais requerem pessoas (que recebem uma remuneração) para a sua operacionalização.

Ribeiro e Gratão (2000, 127) colocam como exemplo:

a) os gastos assumidos pela Exxon, no caso do acidente com o petroleiro Valdez, no Alasca; b) o caso da Petrobrás, na década de 80, no qual a região de Cubatão, no interior do Estado de São Paulo, foi seriamente afetada pelo vazamento de óleo, que culminou com a explosão de várias moradias; e c) mais recente, em janeiro de 2000, o vazamento nas instalações da mesma empresa que provocou o derramamento de milhares de litros do óleo no mar na Baía da Guanabara, causando a morte de várias espécies de aves e peixes, além de afetar seriamente a vida das populações locais que viviam da atividade pesqueira.

Tais situações exigiram enormes gastos dessas empresas e, o que é pior, gastos imediatos, sem qualquer forma de planejamento, o que afeta drasticamente qualquer programação de fluxo de disponibilidades, independentemente do porte da organização. Estes gastos estão no mesmo patamar dos custos dos recursos físicos necessários para a reparação dos danos provocados pelas referidas situações, ou até mais, são os gastos requeridos para retração da imagem da empresa e de seus produtos, essencialmente, quando tais eventos são alvo da mídia e da atenção dos ambientalistas e ONGs.

Portanto os sistemas exigem ainda a aquisição de insumos. Máquinas, equipamentos, instalações para funcionamento, o que, muitas vezes, será feito na forma de financiamento direto dos fornecedores ou por meio de instituição de crédito. Esses são os passivos que devem dar origem aos custos ambientais, já que são inerentes à manutenção normal do processo operacional da companhia (BERGAMINI, 1999).

Para Bergamini (1999, p. 6), "um Passivo Ambiental deve ser reconhecido, quando existe uma obrigação por parte da empresa que incorreu em um custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação". Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados.

Diante do contexto, percebe-se que as contas do passivo são obrigações que a empresa tem a cumprir. Estas devem ser contabilizadas com contrapartida a uma



conta de resultado à medida que o fato gerador ocorre ou obrigações de eventos passados que ainda não foram desembolsados (TINOCO e KRAEMER, 2007).

### 3.9 Custos ambientais

Historicamente, a contabilidade do meio ambiente passou a ter *status* de um novo ramo da ciência contábil. Isso se deu, em fevereiro de 1998, com a finalização do Relatório Financeiro e Contábil sobre Passivo e Custos Ambientais pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – *United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting*). (MONTEIRO, 2003).

Atualmente, na literatura, não existe uma definição precisa e amplamente aceita acerca de custo ambiental, mas alguns autores tratam-no como externalidade e outros, como custo da qualidade. A forma mais comum é tratar o custo ambiental como uma externalidade.

Para Pindyck e Rubinfeld (1994, p. 881)

Uma externalidade ocorre quando um produtor ou consumidor influencia as atividades de produção ou de consumo de outros de uma maneira que não esteja diretamente refletida no mercado. As externalidades ocasionam desvios de eficiência de mercado porque inibem a possibilidade de os seus preços refletirem de modo exato informações relativas à quantidade que deverá ser produzida e consumida.

De uma forma mais simples, externalidade é o efeito externo causado por uma atividade de um agente econômico. Dentro da ótica da externalidade do custo ambiental, há a divisão de enfoque deste em bem comum e custo social. Com a intenção de tornar mais fácil a tomada de decisão dos gerentes das empresas, surge a proposta dos custos ambientais. Eles são tratados de uma forma semelhante ao modelo da qualidade total dos produtos, que procura identificar as falhas existentes e os custos para a prevenção de problemas provenientes dessas falhas (CAMPOS, 1996).

Os custos de qualidade ambiental são decorrentes da criação, detecção, correção e prevenção da degradação ambiental e podem ser divididos em quatro categorias, conforme:

Hansen e Mowen (2003, p. 49).

- **Custos de Prevenção Ambiental:** são os gastos com as atividades que visam a prevenir a produção de resíduos que possam vir a ser jogados no meio ambiente. Por exemplo: contratação de mão-de-obra especializada na área ambiental, treinamento e conscientização de funcionários e substituição de materiais poluentes;
- **Custos de Detecção Ambiental:** são os gastos para observar se os produtos e processos da empresa estão cumprindo as normas ambientais apropriadas. Como exemplo, é possível citar: verificação de métodos e processos e testes e inspeções para verificação de parâmetros poluidores;
- **Custos de Falhas Ambientais Internas:** são associados à eliminação e gestão de contaminantes gerados no processo de produção, mas que ainda não foram despejados na natureza. São exemplos: manutenção de equipamento para poluição e tratamento e descarte de resíduos;
- **Custos de Falhas Ambientais Externas:** são decorrentes do despejamento de resíduos no meio ambiente. Podem, ainda, ser divididos em custos realizados de falhas externas, que são os custos criados e pagos pela empresa, e os custos não-realizados de falhas externas, que são os custos sociais.

A importância da identificação e mensuração dos custos ambientais está na criação de informações para o gerenciamento de custos, programas de qualidade e melhorias contínuas na empresa, ou seja, essas informações tendem a tornar mais claro se um investimento é válido e ajudam a identificar possíveis áreas de redução de custos.

Os custos ambientais podem ter origem nos insumos requeridos para eliminar a produção de resíduos poluentes durante e após o processo produtivo, como exemplo, citado por Ribeiro e Gratão (2000, p. 4), "produtos químicos utilizados para purificação das águas residuais do processo de tintura de tecidos, ou para tratamento dos gases a serem expelidos no ar". Podem ainda ser originários da depreciação dos equipamentos e máquinas utilizados para controle e preservação do meio ambiente. Outra fonte de custos ambientais pode ser a necessidade de tratamento e recuperação de áreas degradadas pela ação da companhia.

Ribeiro e Gratão (2000) dizem que, otimizando custos, a empresa garante aumento de produtividade e proporciona maior saúde financeira, assegurando sua continuidade operacional. Necessita ainda, a empresa, oferecer um preço competitivo que pode ser conseguido por um custo inferior ao da concorrência.

De uma forma geral, os custos ambientais provêm dos sistemas de gerenciamento ambiental. Os custos ambientais devem ser reconhecidos no período em que forem identificados pela primeira vez. Em alguns casos um custo ambiental pode estar relacionado a danos que ocorreram em períodos anteriores. Por exemplo, danos ambientais causados a uma propriedade antes de sua aquisição, um acidente

acontecido em período anterior e que agora requer limpeza, disposição ou tratamento de um lixo tóxico criado em um período anterior.

Uma empresa que reconhece suas responsabilidades ambientais deverá diminuir seu risco financeiro futuro resultante de incidentes ambientais. Ao mesmo tempo, esta empresa deverá pagar menores prêmios de seguro em consequência do menor risco. Uma taxa de risco ambiental baixa também pode assegurar à empresa menores taxas de juros na captação de recursos.

Neste sentido, Silva (2003, p. 94) afirma que:

Acredita-se que o custeamento das atividades de natureza ambiental oferece condições mais seguras de apuração dos custos do controle ambiental, uma vez que pode-se, com maior objetividade, associar os recursos às atividades e estas, por sua vez, aos processos, e daí aos produtos/serviços que deles se servem.

A abordagem dos custos de qualidade ambiental tem o mérito de facilitar a mensuração do uso da natureza, tornando o custo ambiental mais tangível – uma vez que os custos são relativos a atividades realizadas para preservar ou reparar o meio ambiente. O fato de este custo ser passível de medida permite a sua internalização pelos produtores, influenciando o valor final do bem produzido. (TINOCO E KRAEMER, 2008).

Quanto ao aspecto do posicionamento estratégico, em termos de diferenciação, Wernke (2001, p. 47) diz que “a variável ambiental pode ser usada, principalmente para situar o produto ou a empresa, de forma a distinguir-se dos concorrentes, justamente pela ênfase na preocupação ambiental”. Wernke (2001) acrescenta que, o uso de materiais recicláveis, o financiamento a programas de preservação do meio ambiente, o tratamento de dejetos oriundos de sua própria linha de produção, podem servir como sinalizador perante os consumidores, da preocupação da empresa com a questão ambiental.

Neste sentido, os gestores necessitam identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos, para evitar assim, prejuízos futuros a empresa. A Contabilidade ambiental é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisão. Na verdade, ela coleta os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de

comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisão. (IUDÍCIBUS E MARION, 2002).

Várias empresas podem ter um profissional trabalhando com Contabilidade. As empresas podem economizar recursos, a partir do momento que tiver um responsável para contabilizar custos e benefícios de matéria-prima, ela estará otimizando recursos.

### **3.10 Indicadores verdes**

Em alguns países, como Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Bélgica, Suíça, Austrália e Inglaterra dentre outros, as indústrias estão fazendo o uso dos (Indicadores de Desempenho Ambientais) *Environmental Performance Indicators (EPI)*, para controle e divulgação de medidas de emissão de resíduos na natureza, advindos de seus processos produtivos. Os EPI referem-se exclusivamente a cada tipo de elemento de forma individualizada, por exemplo, a emissão de gás carbônico ou outro poluente qualquer. Esse tratamento individualizado permite que empresas interessadas no controle da emissão possam fazê-lo, de forma a isolar o controle de cada espécie de emissão (PAIVA, 2006).

Segnestam (1999, p. 16) define os indicadores como “quantificadores e simplificadores e informações de modo que facilitem o entendimento dos problemas ambientais tanto pelos tomadores de decisões como pelo público externo”.

Observa-se que os EPI são mensurações diretas e indiretas da qualidade ambiental e usados na avaliação da situação e tendências das condições ambientais. Essas tendências podem referir-se as causas, pressões resultantes de processos humanos ou naturais que afetam o ambiente, o estado ou condição de recurso, e a resposta ou reforços sociais para minimizar o impacto ambiental.

São compreendidos ainda como instrumentos que resumam grandes quantidades de informações complexas em um formato conciso e facilmente compreensível provendo ferramentas que mensurem progresso no atendimento de metas ou marcos. As mensurações usadas são parte de um sistema de gerenciamento integrado baseados em resultados de metas, marcos, indicadores e estratégias em assunto chave da área ambiental (PAIVA, 2006).

Tratando da importância de controle da emissão de resíduos, Maimon (1996) estima que o custo de evitar a emissão de uma tonelada de carbono (na forma de gás carbônico) pode ser de aproximadamente US\$ 100 por tonelada. Entende-se ainda que, devido ao grande aumento ocorrido nos níveis de emissão de gás carbono nos países industrializados, a redução real sobre as bases estimadas nos anos 90 será

cerca de 5% menor, resultando em um impacto econômico positivo da ordem de dezena de milhões de dólares por anos.

Esses números constituem poderosas ferramentas no controle das emissões de resíduos se bem elaborados, interpretados e utilizados. O controle e a redução da emissão de gases poluentes proposto pelo protocolo de Kyoto possuem como base de mensuração os Indicadores de Desempenho Ambientais (MARTIN e DE LUCA, 1994).

O uso de indicadores permite uma comparação da empresa em intervalos temporais distintos, assim como comparações com empresas da mesma área de atuação, mais de porte diferenciado. Martin e De Luca (1994, p. 255) descrevendo os cuidados que devem ser tomados na análise de indicadores, afirmam que,

Para um estudo racional sobre o desempenho de uma empresa, é importante que os indicadores sejam comparados historicamente (com os obtidos, na mesma empresa, em períodos anteriores) com os padrões estabelecidos [...] e com índices de empresas do mesmo ramo e padrões do setor de atividades e economia em geral.

Um cuidado que deve existir em tais comparações é que os indicadores representarão uma posição relativa, sendo esse o objetivo da análise. Não se devem comparar os valores absolutos, que podem ser extremamente diferentes e conduzirem a conclusões incorretas. (MARTIN e DE LUCA, 1994).

O Quadro 2, mostra alguns indicadores elaborados e sua interpretação descrita,

**Quadro 2 - Proposição de eco-indicadores contábeis.**

ÍNDICE	FORMULAÇÃO	RELAÇÃO CASUAL	REFLEXO
Investimentos ambientais gerais.	$\frac{\text{Investimentos em prevenção}}{\text{Ativos totais}}$	Indica a proporção entre ativos ambientais adquiridos no período e os ativos totais da empresa.	Reflete o posicionamento da empresa frente à questão ambiental, de forma ampla.
Investimentos ambientais operacionais.	$\frac{\text{Investimentos em prevenção}}{\text{Ativo imobilizado}}$	Revela a evolução dos investimentos em prevenção em relação a seu parque fabril.	Demonstra a preocupação com a qualidade do seu parque fabril.

Diminuição do patrimônio dos acionistas em decorrência de fatores ambientais.	$\frac{\text{Perdas ambientais}}{\text{Patrimônio líquido}}$	Mostra o percentual de seu patrimônio que está sendo diminuído em função de perdas ambientais.	Reflete o grau de cuidado com as operações, assim como o reflexo direto na alteração do patrimônio.
Perdas ambientais da empresa.	$\frac{\text{Perdas ambientais}}{\text{Ativo total}}$	Relaciona o quanto, em termos percentuais, as perdas significaram sobre os bens e os direitos que a empresa dispunha no período.	Reflete o grau de conscientização mediante desastre ambiental.
Custos ambientais operacionais.	$\frac{\text{Custos ambientais}}{\text{Receitas operacionais}}$	Indica o quanto os custos ambientais apropriados no período representam as receitas operacionais.	Demonstra investimento da empresa na qualidade ambiental de seus produtos e como essa relação pode afetar seu resultado.
Despesas ambientais e as operações.	$\frac{\text{Despesas ambientais}}{\text{Receitas operacionais}}$	Demonstra o quanto foi consumido de despesas, favorecendo o meio ambiente na geração de receitas operacionais.	Revela a relação entre a conscientização ambiental da empresa e suas atividades de comercialização.
Prevenção e valor adicionado gerado	$\frac{\text{Gastos totais com prevenção}}{\text{Valor adicionado total}}$	Relaciona os gastos em prevenção com o valor adicionado total.	Reflete com a empresa que está administrando seus gastos na prevenção de problemas ambientais face ao valor adicionado por suas operações.
Remediação e prevenção.	$\frac{\text{Gastos com remediação}}{\text{Gastos com prevenção}}$	Indica a relação entre remediação e prevenção.	Revela a postura da empresa em sua relação com meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Paiva (2006, p. 136)

Seria extremamente simples o processo de aplicação desse conjunto de indicadores, ou de partes, que poderiam variar de acordo com interesses de cada empresa, caso todas as informações fossem disponibilizadas ou ainda pesquisadas com facilidade. O problema maior reside na não-divulgação ou na divulgação de forma segmentada de alguns números a serem utilizados na composição e cálculo desses índices. (PAIVA, 2006)

Os denominadores de todos os índices existem, são sempre maiores que zero e são divulgados pelas empresas, podendo ser encontrados com relativa facilidade nas demonstrações contábeis publicadas com exceção do último – Remediação e Prevenção. Os numeradores, no entanto, por dizerem respeito, a números exclusivamente de gastos ambientais, nem sempre, são divulgados e, quando o são, isso é feito normalmente de forma incompleta ou parcial (MARTIN e DE LUCA, 1994).

Portanto, para que sejam calculados, se faz necessário que a empresa divulgue *algumas informações relativas ao meio ambiente que servirão como base na geração de dados, que por sua vez trarão subsídios valiosos para decisões que envolvam a posição econômica da empresa em sua relação com o meio ambiente, afetando sua posição presente, mais profundamente o futuro (RIBEIRO, 1992).*

Conforme afirmação de Ribeiro (1992, p. 131)

O fornecimento destas informações teria o poder de desencadear uma maior alavancagem no processo de controle de qualidade ambiental, pois as empresas teriam suas congêneres como parâmetros de comportamento na área ambiental, considerando-se os diferentes portes econômicos, como também a relação do público interessado; atuaria, também, como estímulo à sociedade, de forma geral, na prevenção do meio ambiente.

A comparação dos indicadores em um horizonte temporal possibilitará uma análise horizontal econômico ambiental da situação de determinada empresa, setor ou, talvez, fazendo uma breve referência a contabilidade nacional, comparação quantitativa monetária entre países (RIBEIRO, 1992).

Ribeiro (1992, p. 133) considera o processo de comparação como de extrema relevância, pois esclarece que tal processo:

Possui aspectos bastante relevantes, no que diz respeito a uma evolução abrangente e geral de todas as atividades econômicas quanto ao processo saudável de produção de riquezas. O fundamental é que se amplie o processo de preservação e proteção do meio ambiente e que a sociedade como um todo possa acompanhá-lo.

O acompanhamento econômico das atividades e essa mesma relação com o meio ambiente refletirão o reconhecimento ou não de gastos ambientais por ocasião de seu fato gerador e as conseqüências resultantes desse reconhecimento. Caso tenha responsabilidade social e conseqüência ambiental, isso será explicitado pelos números resultantes dos índices, relações essas que no decorrer do tempo trarão ao público a real política de relacionamento ambiental de determinada entidade (RIBEIRO, 1992).

Tais informações podem ser coletadas e apresentadas de forma cumulativa e em intervalos temporais que melhor satisfazem aos interessados nas demonstrações contábeis, podem ser declarados os planos, diretrizes e metas da diretoria no que diz respeito ao meio ambiente. As evidenciações inseridas nas informações trimestrais

serviriam como uma forma de verificação se tais planos estão sendo cumpridos, ou mesmo para a justificativa no caso de cumprimento parcial ou não-cumprimento (RIBEIRO, 1992).

Ribeiro e Lisboa (2000, p. 11) afirmam que:

A evidenciação dos fatores que refletem a interação da empresa com o meio ambiente é fundamental. Qualquer que seja o usuário dessa informação poderá estar interessada na identificação dos riscos e eventual descontinuidade e das perspectivas de continuidade, tendo em vista as ações e pressões governamentais, da comunidade financeira, de crédito, e da sociedade em geral.

A partir dos cálculos dos indicadores, identifica-se o relacionamento entre a empresa e o meio ambiente proporcionando aos usuários seu acompanhamento, e isso, possibilita também que se façam inferências sobre esta relação.

Portanto, a importância dos indicadores em uma entidade é indispensável e necessário para fundamentar as tomadas de decisões nos mais diversos níveis e áreas. É importante que as informações sejam claras, para que desta forma, possa salientar, revelar e esclarecer eventuais dúvidas que por ventura surgir (TINOCO E KRAEMER, 2007).



## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após apresentação de alguns conceitos que permeiam o tema Contabilidade Ambiental, necessários na construção do marco teórico que serviu de base para a realização desta pesquisa, passou-se a analisar os dados obtidos através das Demonstrações Contábeis da Petrobrás entre os anos de 2006, 2007 e 2008. Neste capítulo será apresentada um breve histórico da Petrobras e a análise dos dados, desta pesquisa.

### 4.1 Caracterização da Empresa estudada

A Petrobras foi constituída em outubro de 1953, com a aprovação da Lei 2.004, a empresa foi autorizada com o objetivo de executar as atividades do setor petróleo no Brasil em nome da União. Conforme conta no sítio da empresa, o Petróleo Brasileiro, denominada de Petrobras, iniciou suas atividades com o acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que manteve sua função fiscalizadora sobre o setor. Atualmente, a companhia esta presente em 27 países. Em 2007, a Petrobras foi classificada como a sétima maior empresa de petróleo do mundo com ações negociadas em bolsas de valores, de acordo com a *Petroleum Intelligence Weekly*, publicação que divulga anualmente o ranking das 50 maiores e mais importantes empresas de petróleo.

No início de 2008, a Petrobras foi reconhecida através de pesquisa da *Management & Excellence (M & E)* a petroleira mais sustentável do mundo. Na parte de recursos humanos, a Petrobras e uma das empresas brasileiras que mais valoriza o seu capital humano. A Petrobras acredita que a função de uma empresa não se resume em dar lucro e emprego, pagar impostos e cumprir leis. Por isso, todos os procedimentos de informação e segurança em seu plano estratégico. A Petrobras ainda oferece oportunidades de progressão na carreira, remuneração nos padrões do mercado, benefícios educacionais, plano de saúde, além de ser uma empresa mundialmente reconhecida pela qualificação de seu corpo técnico, que totalizou em 2006 mais de sessenta e dois mil trabalhadores, passando para 74.240 pessoas em 2008.

Nessa circunstância, percebe-se que a Petrobrás a cada período pode estar ganhando mais espaço no mercado por consequência de investimentos bem aplicados em projetos de conservação e preservação do meio natural, como também valorização na área de segurança, saúde e recursos humanos.

## 4.2 Indicadores de desempenho ambiental da Petrobrás.

O uso dos indicadores de desempenhos ambientais permite que a empresa evidencie, analise e compare os riscos e rentabilidades inerentes a cada investimento, além de gerar informações necessárias para o controle da qualidade ambiental, facilitando assim, que não venha a existir prejuízos futuro.(RIBEIRO E LISBOA, 2000).

Portanto, observa-se que os indicadores são ferramentas fundamentais na gestão empresarial, uma vez que, simplifica e facilita o entendimento dos problemas ambientais ocorridos durante o período, através da objetividade das informações evidenciadas no Balanço Social da empresa.

### 4.2.1 Investimentos Ambientais Gerais

Esta variável representa a proporção de investimentos realizados em Ativos Ambientais em relação ao total do Ativo, no período analisado, percebe-se que a Petrobrás apresentou um percentual de 0,78% no primeiro ano, 0,85% no segundo e 0,63% no período seguinte. Portanto, os gastos em ações ambientais realizados por esta empresa em relação ao Total dos Ativos apresentou uma evolução e queda dentre os períodos analisados.

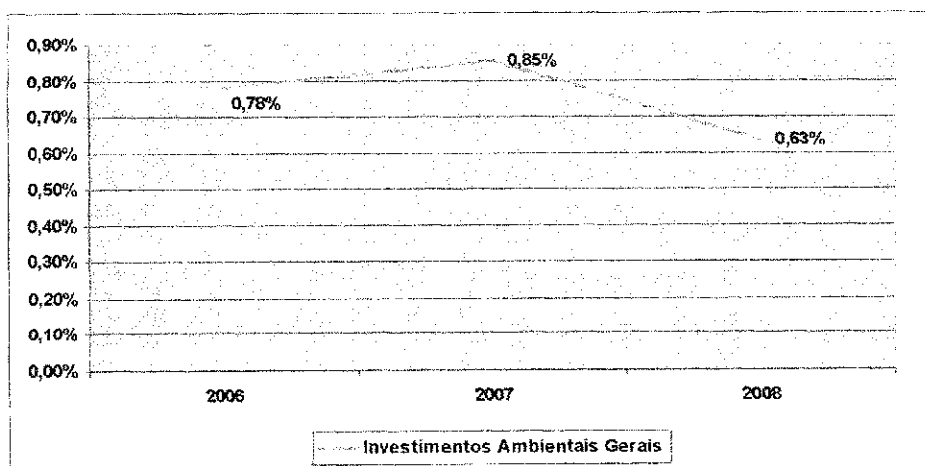


Gráfico 1 - Investimentos Ambientais Gerais

Fonte: Petrobrás

A partir do Gráfico 1, pode-se observar que este índice variou em 9,34% para mais quando comparados 2006 e 2007. Esta informação evidencia o quanto a Petrobrás contribuiu de forma ampla nas ações de melhoria na gestão de emissões atmosféricas, redução de teor de contaminantes, consumo de água e energia, entre

outros. Já em 2008 estes investimentos caíram em 25,76%, quando comparados os anos de 2007 a 2008.

#### 4.2.2 Investimentos Ambientais Operacionais

Sobre a proporção dos investimentos em conservação e manutenção do meio ambiente sobre o valor da estrutura fabril da empresa expostos nos Gráfico 2, pode-se inferir que estes gastos de ambiental representou 1,23% da sua estrutura operacional no ano de 2006 , 1,41% em 2007 e 1,66% no último ano.

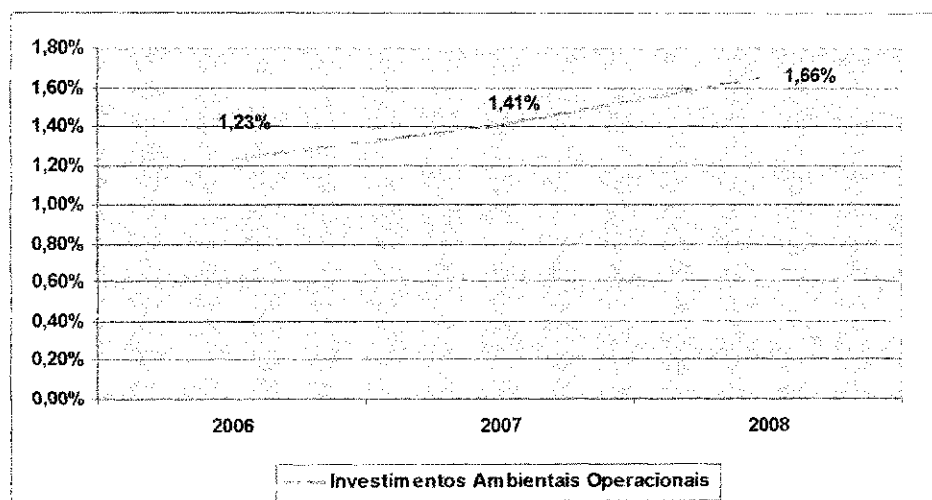


Gráfico 2 - Investimentos Ambientais Operacionais

Fonte: Petrobrás

Observa-se no Gráfico 2, que os investimentos em ações que promovam o meio ambiente evoluíram em todos os períodos analisados. Isto evidencia que a proporção dos investimentos em conservação e manutenção do meio ambiente em relação aos gastos com projetos de recuperação de áreas degradadas, de reflorestamento, etc; realizados na estrutura fabril da Petrobrás aumentou em 14,77% nos anos 2006 a 2007 e 17,22% em 2008. Diante disto, pode-se afirmar que a preocupação com a qualidade ambiental da sua estrutura de produção vem evoluindo a cada ano através do aperfeiçoamento da sua estrutura física, evidenciados nos Balanços Sociais.

#### 4.2.3 Custos e Despesas Ambientais Operacionais

Este indicador representa a proporção de custos e despesas ambientais sobre as Despesas Operacionais. No período analisado, a Petrobrás mostrou um percentual de 3,25% no primeiro ano 5,36% no segundo e 3,28% no terceiro.

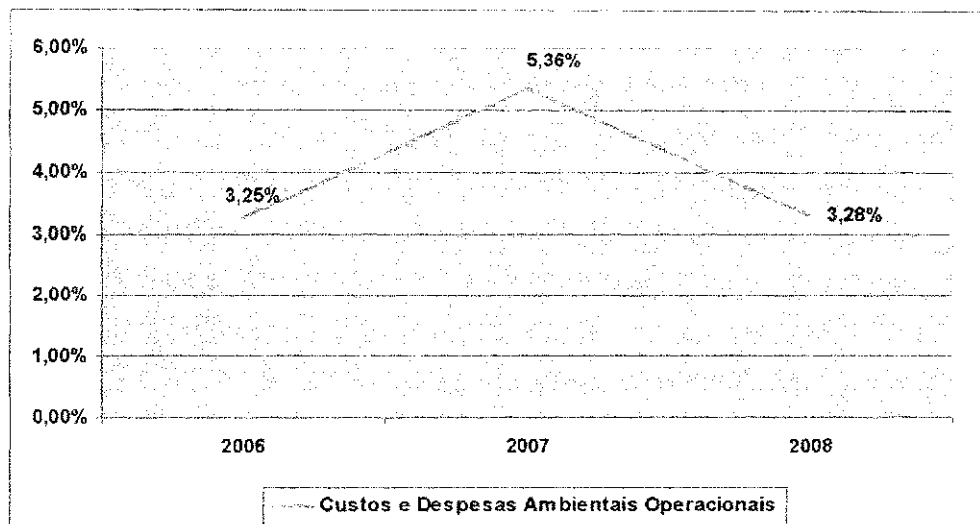


Gráfico 3 - Custos e Despesas Ambientais Operacionais

Fonte: Petrobrás

Observa-se no Gráfico 3, que este indicador ambiental nos primeiros dois anos variou em 65,10%. Já no período seguinte houve uma queda de 38,88%. Diante disto, pode-se afirmar que a empresa se preocupou mais com as questões ambientais em 2007 com investimentos em equipamentos para controle de poluição do meio ambiente, projetos de defesa de criança e adolescente.

#### 4.2.4 Prevenção e Valor Adicionado Gerado

De acordo com os dados disponíveis nos relatórios analisados, o indicador que representa a proporção de gastos totais com prevenção sobre o valor adicionado gerado da Petrobrás, mostrou um percentual de 1,16% no primeiro ano 1,65% no segundo e 1,39% no terceiro período, portanto, os gastos na prevenção de problemas ambientais também apresentou uma evolução entre os dois primeiros anos analisados e em seguida um queda.

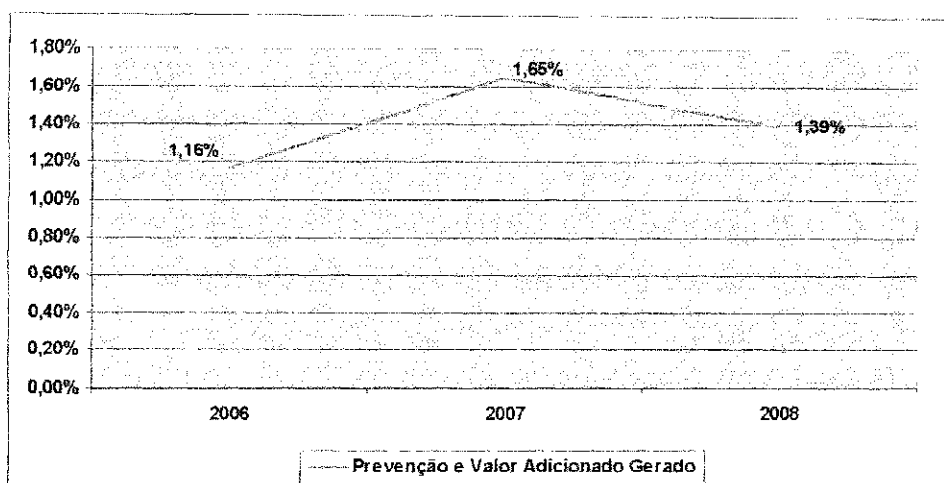


Gráfico 4 - Prevenção e Valor Adicionado Gerado

Fonte: Petrobrás S/A

Observa-se no Gráfico 4, esta variável apresentou um aumento de 41,42% entre os anos de 2006 e 2007, e em seguida uma queda de 15,21% no último ano analisado. Os gastos relacionados com prevenção de problemas ambientais são referentes às ações de equipamento e sistema de controle e poluição, recuperação de áreas degradadas, entre outros.

#### 4.2.5 Investimentos em meio ambiente por quantidades de trabalhadores

Este último indicador calculado representa o valor médio gastos em ações e programas que promovam o meio ambiente pela empresa por cada trabalhador, podendo assim, servir como um índice para avaliar o grau de eficiência verde da organização. A Petrobrás mostrou um valor médio de R\$ 22,55 por empregado no primeiro ano, R\$ 28,67 no segundo e R\$ 26,58 no terceiro, portanto, os gastos com investimentos por quantidade de trabalhadores para preservação do meio ambiente variaram para mais e menos nos períodos analisados.

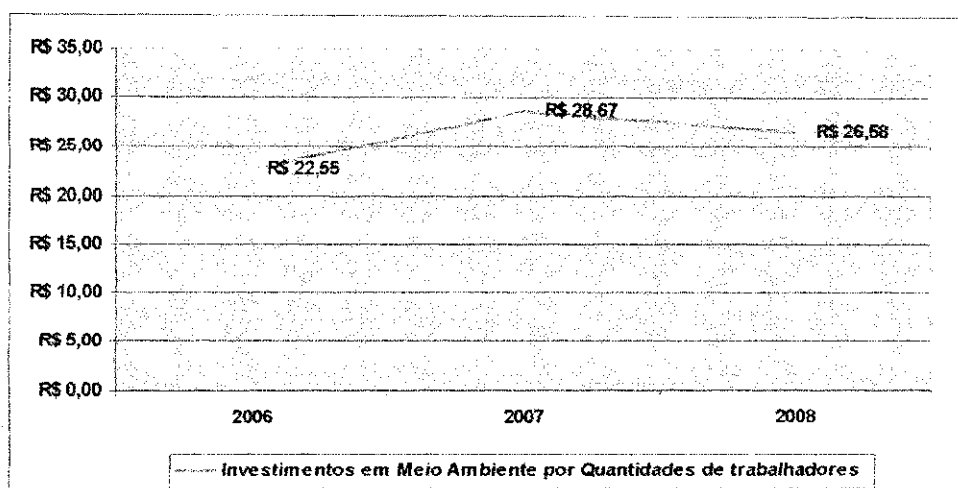


Gráfico 5 - Investimentos em Meio Ambiente por quantidades de trabalhadores

Fonte: Petrobrás S/A

De acordo com o Gráfico 5, o valor médio investido no meio ambiente por trabalhador pela Petrobrás aumentou 27,15%, comparando os anos 2006 e 2007 e diminuiu em 7,29% no ano de 2008. De acordo com o Balanço Social da Petrobrás no primeiro ano existia 62.266 trabalhadores, no segundo 68.931 e no terceiro 74.240, percebe-se que a empresa a cada período analisado vem aumentando na área de recursos humanos, porém o valor de investimento em meio ambiente não seguiu esta mesma proporção de variação, sendo assim, esses são os motivos do comportamento deste gráfico.

## 5 CONSIDERAÇÕES

Após análise dos dados, inferi-se que o ambiente externo ou mercado é um fator contingencial que estabelece parâmetros, limites, propostas e desafios que têm que ser interpretados e tornados significativos, de acordo com a escala de valores e crenças da organização.

É por meio da construção da realidade por parte da organização que os parâmetros e desafios do mercado adquirem significados e estruturam decisões e ações, que serão favoráveis ou não, rentáveis ou prejudiciais á saída da empresa, conforme o nível de ajustamento dessa construção aos limites e ação seletiva do meio ambiente.

A preocupação em otimizar os recursos e melhorar a qualidade dos processos na obtenção dos produtos conceitua-se por eficiência (produto /recursos consumidos). Em contrapartida, a eficácia pode ser conceituada como a preocupação em conseguir o maior valor possível para o produto junto ao mercado (valor conseguido /produto obtido).

Essa linha de raciocínio permitiu uma compreensão do funcionamento de uma organização em relação ao contexto ambiental no qual está inserida, para estabelecer uma tipologia de organizações com base na análise das características que apresentam em função de seu setor econômico. Embora seja necessário reconhecer que cada organização tem suas características particulares, toma-se extremamente útil agrupar empresas que, genericamente têm características similares, para verificar o funcionamento dos blocos das organizações e o comportamento das forças competitivas dentro de cada conjunto deste. É mediante tais observações empíricas que se constata a existência de diferentes tipos de empresas, instituições e outras formas jurídicas de entidades. Tal constatação é de extrema importância, uma vez que, para cada tipo de organização, existem técnicas e tecnologias mais eficazes à melhoria do desempenho da gestão ambiental e responsabilidade social.

O objetivo deste trabalho foi verificar o comportamento do desempenho ambiental da Petrobrás através de indicadores verdes, com a finalidade de analisar a variação de cada um nos períodos 2006 a 2008.

A realização do estudo fundamentou –se também em conhecimentos de literaturas existentes sobre o assunto e no site da Petrobrás. Para atingir os objetivos, com os dados coletados foram feitos cálculos e comentários sobre as informações. Através desta análises foi possível identificar a variação para mais e menos a cada indicador estudado.

Diante deste estudo chega a conclusão que a Petrobrás esta investindo a cada ano em projetos que contribui para a preservação e conservação do meio natural. No anos de 2006 a 2007, percebe-se que estas variações aumentaram. Já no período seguinte houve uma queda em alguns indicadores ambientais estudados.

Portanto recomenda-se a partir desta pesquisa que a empresa deve analisar qual a consequência desta queda no ano de 2008 em alguns indicadores analisados, para que não venha futuramente prejudicar o sistema operacional da empresa.



## REFERÊNCIAS

- ANTONIUS, P A J. **A exploração dos recursos naturais face à sustentabilidade e gestão ambiental: uma reflexão teórico-conceitual.** Belém – PA: NAEA, 1999.
- BARBIERI, José C. **Empresa e Ambiente.** Revista Exame, Encarte Especial, jan/2000.
- CAMPOS, Lucila M. De S. **O processo de gestão dos custos da qualidade ambiental.** Revista Brasileira de Custos. São Leopoldo, v.1, nº 1, mai/ago. 1999.
- CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental.** Curitiba. Juruá, 2007
- DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social.** 1º ed. São Paulo, 2009
- DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa.** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável.** 2ª Ed. São Paulo. Atlas, 2007.
- FIALHO, Francisco Antonio Pereira; SOUZA, Antonio Carlos; OTANI, Nilo, **TCC Métodos Técnicas.** Florianópolis. Visual Books, 2007.
- FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização.** São Paulo: Atlas, 1999.
- HERCKERT, Werno. **Ativo e Passivo Ambiental.** <http://www.contas.hpg.ig.com.br>
- INFORME PUBLICITÁRIO Empresa & Ambiente. Abr. 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação.** 3ª Ed. São Paulo. Atlas, 2002.
- IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade Para não Contadores.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BERGAMINI, Sebastião, Junior. **Contabilidade e riscos ambientais.** Revista do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Rio de Janeiro - RJ. nº 11, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Custos emergentes na contabilidade ambiental.** Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ: ano III, nº 09, ago/out.2000.
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade ambiental como sistema de informações.** Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ: ano III, nº 09, ago/out.2000.
- KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balço Social.** Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo. Atlas, 2002.

MAIMON, Dália. **Passaporte Verde Gestão ambiental e competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MAIOR, Gustavo Souto. **Contabilidade ambiental**. [http://www.suabios.com/engloide](#)

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo. Atlas: 2003.

MARTINS, Eliseu, DE LUCA, Márcia M. **Ecologia via contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF: ano 23, nº 86, mar.1994.

MARTINS, Eliseu, RIBEIRO, Maisa de Souza. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilização do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente**. Revista Interamericana de Contabilidade, nº 60, out/dez 1995.

MONTEIRO, Martim Noel. **A Contabilidade e o Seu Mundo**, ob. cit., 2003.

MOTTA, Ronaldo Serôa da. **Contabilidade: teoria, metodologia e estudos de casos no Brasil**. Rio de Janeiro. IPEA, 1995.

MOURA, L. A. A. **Qualidade e gestão ambiental**. Sugestões para implantação das normas ISSO 14000 nas empresas. São Paulo. Juarez de Oliveira, 2002.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2ª Ed. São Paulo. Atlas, 2004.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. 1ª Ed. São Paulo, Atlas, 2006.

PAIVA, Paulo Roberto de. **A utilização de métodos quantitativos na resolução de um problema urbano relacionado com o meio ambiente**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 6., São Paulo. FEA-USP, 1999.

PORTER, Michael E. LINDE, Claas Van Der. **Ser verde também é ser competitivo**. Revista Exame, São Paulo, 8, 22 nov,1995.

Pindyck, Robert S. E Rubinfeld, **Macroeconomia**. 6ª ED. Daniel L. Pearson Education do Brasil Ltda, 1994.

QUEIROZ, Regiane L. Silveira, QUEIROZ, Eliseu Silveira. **A contabilidade como um instrumento de gestão ambiental e empresarial, e sua contribuição à melhoria da qualidade de vida planetária**. Revista Pensar Contábil do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ: ano III, nº 09, ago/out.2000.

REBOLLO, Mário Guilherme. **A contabilidade como instrumento de controle e proteção do meio ambiente**. Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, nº104, p.12-23, mai. 2001.

RIBEIRO, Maisa de Souza, GRATÃO, Ângela Denise. **Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis**. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Custos, Recife – PE – 28/07 a 04/08/00.

RIBEIRO, Maisa de Souza, MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a**

**preservação do meio ambiente.** Boletim nº 415 da ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas, 28/09/98,

RIBEIRO, Maisa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. **Passivo ambiental.** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF: ano 29, nº 126, nov/dez. 1992.

SANTOS, Odilanei Moraes dos, SILVA, Paula Danyelle Almeida da. **A responsabilidade social da empresa: um enfoque ao Balanço Social.** Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília - DF: ano 28, nº 118, jul/ago.1999.

SUCUPIRA, João. **A responsabilidade social das empresas.** Balanço Social – Ibase. <http://www.balancosocial.org.br/>

WERNKE, Rodney. **Custos ambientais: uma abordagem teórica com ênfase na obtenção de vantagem competitiva.** Revista de Contabilidade do Conselho Regional de São Paulo. São Paulo – SP: ano 5, nº 15, p. 40-49, mar. 2001.

---

# ANEXOS

# ANÁLISE FINANCEIRA E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2006

**BR** PETROBRAS



Informações adicionais às demonstrações contábeis

**BALANÇO SOCIAL**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

(EM MILHARES DE REAIS)

Demonstrações Contábeis

1 - BASE DE CÁLCULO		2006		2005	
Receita líquida (RL)		158.238.919		136.605.078	
Resultado operacional (RO)		40.672.492		36.679.897	
Folha de pagamento bruta (FPB)		6.615.683		6.002.420	

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (I)	VALOR	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação	443.854	6,71%	0,28%	358.521	5,97%	0,26%
Encargos sociais compulsórios	3.121.987	47,19%	1,97%	2.304.676	38,40%	1,69%
Previdência privada	590.354	8,92%	0,37%	722.535	12,04%	0,53%
Saúde	2.030.426	30,69%	1,28%	1.862.526	31,03%	1,36%
Segurança e saúde no trabalho	76.862	1,16%	0,05%	40.754	0,68%	0,03%
Educação	87.189	1,32%	0,06%	82.096	1,37%	0,06%
Cultura	30.844	0,47%	0,02%	19.489	0,32%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	328.700	4,97%	0,21%	311.966	5,20%	0,23%
Creches ou auxílio-creche	1.835	0,03%	0,00%	1.620	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.196.918	18,09%	0,76%	1.005.564	16,75%	0,74%
Outros	66.837	1,01%	0,04%	59.280	0,99%	0,04%
Total - Indicadores sociais internos	7.975.706	120,56%	5,04%	6.769.027	112,77%	4,96%

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (II)	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Educação (I)	81.895	0,20%	0,05%	60.742	0,17%	0,04%
Cultura	288.569	0,71%	0,18%	264.611	0,72%	0,19%
Saúde e saneamento	5.627	0,01%	0,00%	7.620	0,02%	0,01%
Esporte	58.197	0,14%	0,04%	25.774	0,07%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	33.762	0,08%	0,02%	66.825	0,18%	0,05%
Outros (II)	78.352	0,19%	0,05%	48.130	0,13%	0,04%
Total das contribuições para a sociedade	546.402	1,34%	0,35%	473.702	1,29%	0,35%
Tributos (excluídos encargos sociais)	71.274.595	175,24%	45,04%	69.801.173	190,30%	51,10%
Total - Indicadores sociais externos	71.820.997	176,58%	45,39%	70.274.875	191,59%	51,44%

4 - INDICADORES AMBIENTAIS (I)	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.359.428	3,34%	0,86%	1.224.745	3,34%	0,90%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	44.641	0,11%	0,03%	44.195	0,12%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	1.404.069	3,45%	0,89%	1.268.940	3,46%	0,93%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

( ) NÃO POSSUI METAS	( ) NÃO POSSUI METAS
( ) CUMPRE DE 51 A 75%	( ) CUMPRE DE 51 A 75%
( ) CUMPRE DE 0 A 50%	( ) CUMPRE DE 0 A 50%
(x) CUMPRE DE 76 A 100%	(x) CUMPRE DE 76 A 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (I)	2006	2005
Nº de empregados(as) ao final do período	62.266	53.933
Nº de admissões durante o período (III)	7.720	1.806
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	176.810	155.267
Nº de estagiários(as) (IV)	686	560
Nº de empregados(as) acima de 45 anos (V)	20.007	17.521
Nº de mulheres que trabalham na empresa (VI)	6.664	5.116
% de cargos de chefia ocupados por mulheres (VII)	12,40%	10,70%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (VIII)	2.339	2.339

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (I) (CONTINUAÇÃO)						
	2006			2005		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (V)	3,10%			3,10%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (V)	1.009			1.298		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
	2006			METAS 2007		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (VI) (I)	36,3			36,3		
Número total de acidentes de trabalho (VI) (I)	437			414		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: (I)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: (I)	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: (I)	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a CIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla: (VIII) (I)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: (I)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: (I)	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) não serão considerados	( ) serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: (I)	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (IX) (I)	na empresa 18.653	no Procon 21	na Justiça 33	na empresa 3.000	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (IX) (I)	na empresa 99,68%	no Procon 4,76%	na Justiça 0%	na empresa 99,7%	no Procon —	na Justiça —
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006:	120.694.637		Em 2005:	108.240.825	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60% governo 7% acionistas	8% colaboradores(as) 9% terceiros	16% retido	59% governo 7% acionistas	9% colaboradores(as) 9% terceiros	16% retido

## 7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

- 1) CNPJ: 33000167/0001-01 - Setor econômico: Indústria/Petróleo, Gás e Energia - UF da sede da empresa: Rio de Janeiro
- 2) Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: Telefone (21) 3224-1009 - E-mail comunicacao@petrobras.com.br
- 3) Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
- 4) Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
- I. Inclui os investimentos do Programa Petrobras Jovem Aprendiz, que totalizam R\$ 25.320.
- II. Inclui o repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA) e projetos voltados à garantia dos direitos da criança e do adolescente.
- III. Dados da Petrobras Controladora de empregados admitidos por processo seletivo público
- IV. Informações da Petrobras Controladora.
- V. A Petrobras iniciou o Censo Interno no final de 2006, o qual ainda não foi concluído. Por essa razão, os dados reportados são relativos à pesquisa de 2004, mas serão atualizados assim que os resultados forem tabulados.
- VI. Um novo plano de cargos e salários para os empregados da Companhia está em fase de elaboração. Em virtude da negociação que ainda transcorre e pela possibilidade de existência de impacto neste índice, a mensuração da meta para a relação entre a maior e a menor remuneração para 2007 foi determinada como equivalente a atual, considerando-se esse valor como limite máximo admitido.
- VII. Número de acidentados com afastamento de trabalho por milhão de homens-hora de exposição ao risco, abrangendo empregados próprios e de empresas contratadas. Para 2007, o número de acidentados estatisticamente esperado é baseado numa previsão de 563 milhões de homens-hora de exposição ao risco e no limite máximo admissível previsto para a Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA.
- VIII. A Companhia está negociando um novo modelo de previdência complementar junto aos empregados que dispõem do Plano Petros. Os novos empregados dispõem de um seguro de vida, contratado e custeado pela Petrobras, que possui vigência até que seja aprovada a nova proposta em fase final de tramitação na Secretaria de Previdência Complementar.
- IX. Até 2005, os dados reportados eram apenas do SAC da Petrobras Controladora. A partir de 2006, passou a incluir o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Distribuidora. A meta para 2007 contém somente a estimativa do SAC da Petrobras Controladora.

(I) Não auditado

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005  
(EM MILHARES DE REAIS)

Demonstrações Contábeis

ATIVO	NOTAS	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		2006	2005	2006	2005
<b>Circulante</b>					
Disponibilidades	4	27.829.105	23.417.040	20.098.892	17.481.555
Depósitos vinculados			85.229		
Contas a receber, líquidas	5	14.412.159	14.148.064	10.376.356	10.676.578
Dividendos a receber	6a	47.462	41.907	777.593	945.676
Estoques	7	15.941.033	13.606.679	12.968.740	10.337.565
Impostos, contribuições e participações	18a	6.825.757	6.550.997	4.381.752	4.037.175
Despesas antecipadas		998.477	941.016	669.892	680.787
Outros ativos circulantes		1.165.430	1.444.258	170.573	535.395
		<u>67.219.423</u>	<u>60.235.190</u>	<u>49.443.798</u>	<u>44.694.731</u>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Contas a receber, líquidas	5	1.122.336	1.587.771	34.510.261	28.151.479
Conta petróleo e álcool - STN	8	785.791	769.524	785.791	769.524
Títulos e valores mobiliários	9	409.531	618.091	8.062	7.601
Projetos estruturados	10a			927.830	569.030
Adiantamentos a fornecedores		706.746	684.235	564.266	684.235
Depósitos judiciais	11	1.750.119	1.818.185	1.438.384	1.443.834
Investimentos em empresas privatizáveis	12d	3.228	3.454	1.366	1.475
Despesas antecipadas		1.838.778	1.362.800	818.953	1.060.967
Adiantamento para plano de pensão		1.242.268	1.205.358	1.242.268	1.205.358
Impostos e contribuição social diferidos	18c	6.398.532	4.337.361	3.762.457	2.333.641
Empréstimos compulsórios ELETROBRAS		203.728	117.811	115.923	117.811
Estoques	7	464.783	492.777	464.783	492.777
Outros ativos realizáveis a longo prazo		1.434.671	1.104.861	544.332	763.818
		<u>16.360.511</u>	<u>14.102.228</u>	<u>45.184.676</u>	<u>37.601.550</u>
<b>Investimentos</b>	12b	4.755.148	2.280.702	22.776.506	20.366.625
<b>Imobilizado</b>	13	115.340.798	100.824.365	58.682.236	48.187.534
<b>Intangível</b>	14	4.413.939	4.604.989	2.778.773	2.584.531
<b>Diferido</b>		2.448.310	1.473.634	748.565	578.175
		<u>143.318.706</u>	<u>123.285.918</u>	<u>130.170.756</u>	<u>109.318.415</u>
		<u>210.538.129</u>	<u>183.521.108</u>	<u>179.614.554</u>	<u>154.013.146</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



PASSIVO	NOTAS	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		2006	2005	2006	2005
<b>Circulante</b>					
Financiamentos	15	11.932.301	8.589.629	1.141.352	1.499.012
Juros sobre financiamentos	15	589.975	1.913.369	138.093	156.709
Fornecedores		11.510.166	8.976.359	28.900.459	24.865.115
Impostos, contribuições e participações	18b	8.413.040	8.931.341	6.854.934	7.292.508
Dividendos propostos		7.896.669	7.017.843	7.896.669	7.017.843
Projetos estruturados	10d	34.163	28.135	1.565.296	2.421.806
Provisão para plano de pensão	19c	414.821	482.942	391.783	461.848
Salários, férias e encargos		1.451.660	1.196.281	1.137.832	978.222
Provisão para contingências	22a	54.000	167.645	54.000	167.645
Adiantamento de clientes		1.991.177	1.626.854	1.119.891	1.054.783
Outras contas e despesas a pagar		3.869.451	3.429.752	1.596.720	1.780.189
		<u>48.157.423</u>	<u>42.360.150</u>	<u>50.797.029</u>	<u>47.695.680</u>
<b>Não Circulante</b>					
Financiamentos	15	31.542.849	34.439.489	5.094.223	6.408.872
Subsidiárias, controladas e coligadas		46.555	39.954	2.506.957	1.925.046
Impostos e contribuição social diferidos	18c	9.116.271	8.461.721	7.522.436	6.270.290
Provisão para plano de pensão	19c	3.047.789	1.898.360	2.777.184	1.749.036
Provisão para plano de saúde	19c	8.419.171	7.030.939	7.769.189	6.477.127
Provisão para contingências	22a	513.880	614.568	190.671	225.251
Provisão para desmantelamento de áreas		3.148.398	1.969.072	2.979.031	1.807.730
Outras contas e despesas a pagar		1.126.368	1.259.491	595.500	750.848
		<u>56.961.281</u>	<u>55.713.594</u>	<u>29.435.191</u>	<u>25.614.200</u>
<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<u>413.378</u>	<u>483.274</u>		
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		<u>7.475.399</u>	<u>6.178.854</u>		
<b>Patrimônio líquido</b>					
	21				
Capital realizado		48.263.983	33.235.445	48.263.983	33.235.445
Reservas de capital		372.064	372.064	372.064	372.064
Reserva de reavaliação		66.422	60.120	66.423	60.120
Reservas de lucros		48.828.179	45.117.607	50.679.864	47.035.637
		<u>97.530.648</u>	<u>78.785.236</u>	<u>99.382.334</u>	<u>80.703.266</u>
		<u>210.538.129</u>	<u>183.521.108</u>	<u>179.614.554</u>	<u>154.013.146</u>

# DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005

(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO LUCRO POR AÇÃO DO CAPITAL INTEGRALIZADO)

Demonstrações Contábeis

	NOTAS	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		2006	2005	2006	2005
<b>Receita operacional bruta</b>					
Vendas					
Produtos		205.181.776	177.595.324	161.868.048	143.276.549
Serviços, principalmente fretes		221.261	1.469.960	357.925	389.181
		<u>205.403.037</u>	<u>179.065.284</u>	<u>162.225.973</u>	<u>143.665.730</u>
<b>Encargos de vendas</b>		(47.164.218)	(42.460.206)	(42.508.173)	(37.843.204)
<b>Receita operacional líquida</b>		<u>158.238.819</u>	<u>136.605.078</u>	<u>119.717.800</u>	<u>105.822.526</u>
Custo dos produtos e serviços vendidos		(94.665.842)	(77.107.946)	(65.798.449)	(57.512.113)
<b>Lucro bruto</b>		<u>63.572.977</u>	<u>59.497.132</u>	<u>53.919.351</u>	<u>48.310.413</u>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas		(5.790.648)	(5.477.419)	(4.975.402)	(4.195.157)
Financeiras					
Despesas	16	(3.720.347)	(4.564.773)	(2.226.462)	(2.242.658)
Receitas	16	2.378.793	1.351.410	3.038.657	2.369.097
Variações monetárias e cambiais, líquidas	16	9.359	370.536	(778.277)	(1.187.233)
Gerais e administrativas					
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração		(31.035)	(28.845)	(3.898)	(4.089)
De administração		(5.757.130)	(5.401.953)	(3.962.968)	(3.449.664)
Tributárias		(1.262.936)	(895.208)	(679.756)	(443.415)
Custos com pesquisas e desenvolvimento tecnológico		(1.579.711)	(934.600)	(1.568.946)	(922.627)
Perda na recuperação de ativos		(45.063)	(126.032)	(40.395)	(49.368)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás		(2.036.838)	(2.222.792)	(1.118.839)	(1.876.411)
Planos de pensão e saúde		(1.940.582)	(2.011.016)	(1.823.391)	(1.888.903)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(2.891.132)	(2.626.419)	(2.428.110)	(2.692.062)
		<u>(22.667.270)</u>	<u>(22.567.111)</u>	<u>(16.567.787)</u>	<u>(16.592.490)</u>
<b>Participações em subsidiárias e coligadas</b>					
Resultado de participações em investimentos relevantes	12b	(233.215)	(250.124)	423.995	1.782.023
<b>Lucro operacional</b>		<u>40.672.492</u>	<u>36.679.897</u>	<u>37.775.559</u>	<u>33.499.946</u>
<b>Despesas não-operacionais</b>		(66.950)	(124.531)	(111.650)	(199.982)
<b>Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores</b>		<u>40.605.542</u>	<u>36.555.366</u>	<u>37.663.909</u>	<u>33.299.964</u>
Contribuição social	18e	(3.104.576)	(2.845.244)	(2.883.191)	(2.466.083)
Imposto de renda	18e	(8.791.825)	(7.956.912)	(7.724.545)	(6.537.799)
<b>Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores</b>		<u>28.709.141</u>	<u>25.753.210</u>	<u>27.056.173</u>	<u>24.296.082</u>
Participações dos empregados e administradores	20	(1.196.918)	(1.005.564)	(993.000)	(846.000)
<b>Lucro antes da participação dos acionistas não controladores</b>		<u>27.512.223</u>	<u>24.747.646</u>	<u>26.063.173</u>	<u>23.450.082</u>
Participação dos acionistas não controladores		(1.593.303)	(1.022.923)		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>25.918.920</u>	<u>23.724.723</u>	<u>26.063.173</u>	<u>23.450.082</u>
<b>Lucro líquido por ação do capital integralizado no fim do exercício - R\$</b>		<u>5,91</u>	<u>5,41</u>	<u>5,94</u>	<u>5,35</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(Consolidadas e da Controladora)

Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005  
(EM MILHARES DE REAIS)

### 28 Segurança, meio ambiente e saúde

A melhoria continuada do desempenho ambiental da Petrobras, tal como definida em seu Plano Estratégico, está associada à implementação de dois grandes programas - o de Segurança de Processo (PSP) e o de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pegaso).

Os investimentos no Pegaso, em 2006, somaram aproximadamente R\$ 1.223.000, incluindo R\$ 373.000 da subsidiária Transpetro.

### 29 Remuneração de dirigentes e empregados da Controladora (em reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2006, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 39.404,74 e R\$ 1.085,66 (R\$ 36.871,66 e R\$ 867,82 em 2005), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2006 foi de R\$ 6.262,56 (R\$ 6.181,14 em 2005).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2006, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$ 45.315,45 (R\$ 42.402,40 em 2005).



ANÁLISE FINANCEIRA  
E DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS

## Balanco Social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006  
(Em milhares de reais)

1 - BASE DE CÁLCULO	2007		2006	
Receita líquida consolidada (RL)		170.577.725		158.259.819
Resultado operacional consolidado (RO)		55.977.804		40.672.492
Folha de pagamento bruta (FPB)		7.919.274		6.515.553

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS <sup>(i)</sup>	VALOR	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação	547.790	6,92%	0,32%	443.854	6,71%	0,26%
Encargos sociais compulsórios	3.255.374	42,37%	1,97%	3.121.887	47,19%	1,97%
Previdência privada	554.945	7,01%	0,33%	560.254	8,92%	0,33%
Saúde	2.139.305	27,00%	1,25%	2.030.426	30,59%	1,28%
Segurança e saúde no trabalho	95.031	1,20%	0,06%	76.962	1,16%	0,05%
Educação	95.284	1,20%	0,06%	87.189	1,32%	0,06%
Cultura	22.794	0,29%	0,01%	20.844	0,47%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	396.452	4,88%	0,23%	326.706	4,97%	0,21%
Creches ou auxílio-creche	2.319	0,03%	0,00%	1.835	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.011.914	12,79%	0,59%	1.198.916	18,03%	0,76%
Outros	66.335	0,94%	0,04%	66.837	1,01%	0,04%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>6.276.504</b>	<b>104,51%</b>	<b>4,85%</b>	<b>7.975.706</b>	<b>120,56%</b>	<b>5,34%</b>

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS <sup>(i)</sup>	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho <sup>(ii)</sup>	58.836	0,16%	0,03%	33.762	0,08%	0,02%
Educação para a Qualificação Profissional <sup>(ii)</sup>	64.878	0,18%	0,04%	81.698	0,20%	0,05%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente <sup>(ii)</sup>	110.615	0,31%	0,06%	73.549	0,18%	0,05%
Cultura <sup>(ii)</sup>	205.516	0,57%	0,12%	259.569	0,71%	0,16%
Esporte <sup>(ii)</sup>	79.959	0,22%	0,05%	58.197	0,14%	0,04%
Outros <sup>(ii)</sup>	14.275	0,04%	0,01%	10.430	0,03%	0,01%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>534.113</b>	<b>1,48%</b>	<b>0,31%</b>	<b>546.402</b>	<b>1,34%</b>	<b>0,29%</b>
Tributos (excetuados encargos sociais)	70.127.540	194,92%	41,11%	74.274.595	176,24%	45,04%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>70.661.653</b>	<b>196,40%</b>	<b>41,42%</b>	<b>74.820.997</b>	<b>176,98%</b>	<b>45,39%</b>

4 - INDICADORES AMBIENTAIS <sup>(i)</sup>	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.924.698	5,35%	1,13%	1.359.426	3,34%	0,89%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	91.728	0,14%	0,03%	44.641	0,11%	0,03%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>1.976.426</b>	<b>5,49%</b>	<b>1,16%</b>	<b>1.404.067</b>	<b>3,45%</b>	<b>0,92%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	(i) não possui metas; (ii) cumpre de 0 a 50%; (iii) cumpre de 51 a 75%; (iv) cumpre de 76 a 100%			(i) não possui metas; (ii) cumpre de 0 a 50%; (iii) cumpre de 51 a 75%; (iv) cumpre de 76 a 100%		

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL <sup>(i)</sup>	2007		2006	
Nº de empregados(as) ao final do período		65.957		62.295
Nº de admissões durante o período <sup>(ii)</sup>		4.269		3.739
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		211.566		176.310
Nº de estagiários(as) <sup>(iii)</sup>		1.213		686
Nº de empregados(as) acima de 45 anos <sup>(iv)</sup>		26.073		20.007
Nº de mulheres que trabalham na empresa <sup>(v)</sup>		10.722		6.694
% de cargos de chefia ocupados por mulheres <sup>(vi)</sup>		15,50%		10,45%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa <sup>(vii)</sup>		3.664		2.339
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) <sup>(viii)</sup>		3,10%		3,40%
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais <sup>(ix)</sup>		1.026		1.009

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL			2007			METAS 2008						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa (VI) - valor <sup>(6)</sup>					32,3		32,3					
Número total de acidentes de trabalho <sup>(VII) (6)</sup>					503		495					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: <sup>(6)</sup>	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)					
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por: <sup>(6)</sup>	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		<input type="checkbox"/> sindicatos + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		<input type="checkbox"/> sindicatos + Cipa				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: <sup>(6)</sup>	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT		<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT		<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT				
A previdência privada contempla: <sup>(6)</sup>	<input type="checkbox"/> direção		<input type="checkbox"/> direção e gerências		<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		<input type="checkbox"/> direção e gerências		<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)			
A participação dos lucros ou resultados contempla: <sup>(6)</sup>	<input type="checkbox"/> direção		<input type="checkbox"/> direção e gerências		<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)		<input type="checkbox"/> direção e gerências		<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: <sup>(6)</sup>	<input type="checkbox"/> não são considerados		<input type="checkbox"/> são sugeridos		<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos		<input type="checkbox"/> não serão considerados		<input type="checkbox"/> serão sugeridos		<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: <sup>(6)</sup>	<input type="checkbox"/> não se envolve		<input type="checkbox"/> apoia		<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva		<input type="checkbox"/> não se envolverá		<input type="checkbox"/> apoiará		<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): <sup>(VII) (6)</sup>	na empresa	na Procon	na Justiça	na empresa	na Procon	na Justiça	na empresa	na Procon	na Justiça			
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas <sup>(VII) (6)</sup>	na empresa	na Procon	na Justiça	na empresa	na Procon	na Justiça	na empresa	na Procon	na Justiça			
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor	Em 2007: 120.138.295		Em 2006: 120.694.637									
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	53% governo 7% sindicatos		11% colaboradores(as) 11% terceiros 12% retido		60% governo 8% sindicatos		2% colaboradores(as) 9% terceiros 15% retido					

## 7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

1) CNPJ: 33.000.167/0001-01 - Setor econômico: Indústria/Petróleo, Gás e Energia - UF da sede da companhia: Rio de Janeiro
2) Para esclarecimentos sobre as informações declaradas, Telefone: (55-21) 3224-1009 - E-mail: comunicacao@petrobras.com.br
3) Esta companhia não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção
4) Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
I. O Balanço Social 2007 passa a utilizar como indicadores sociais externos as linhas de atuação desenvolvidas pela Companhia. Os valores de 2006 foram distribuídos segundo novo modelo. O Ibase permite a utilização de itens que apresentem somente os investimentos locais que a companhia realiza regularmente. Gestão de Renda e Oportunidade de Trabalho inclui os investimentos em projetos de combate à fome e segurança alimentar, Educação para a Qualificação Profissional, inclui os investimentos do Programa Petrobras Jovem Aprendiz, que totalizam R\$ 26,133. Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente inclui o repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA). Cultura inclui os investimentos referentes a leis de incentivo cultural no Brasil. Esporte inclui os investimentos referentes a Lei de Incentivo ao Esporte. Outros inclui os investimentos em projetos de saúde e saneamento.
II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil.
III. Informações de 2006 são relativas a Petrobras Controladora. Em 2007, passa a englobar todo o Sistema Petrobras.
IV. O Censo Interno da Petrobras teve seu projeto piloto iniciado em dezembro de 2006, com o planejamento e desenvolvimento metodológico e a elaboração do questionário realizados em 2007. O processo de levantamento de dados e análise de resultados será concluído no primeiro semestre de 2008, com a participação de empresa de pesquisa externa, selecionada por meio de licitação pública. Os dados reportados são relativos à pesquisa de 2004, estimados tendo como base o número total de empregados da Petrobras Controladora em 31 de dezembro de 2007.
V. Do total de 68.931 empregados do Sistema Petrobras, 6.743 pertencem aos quadros da Área Internacional, não sujeita à legislação brasileira. Do restante, 15.767 ocupam cargos onde é prevista a reserva de vagas para pessoas com deficiência. Destes empregados, 1.026 são pessoas com deficiência, o que corresponde a 6,5% do efetivo naquela condição.
VI. Número de acidentados com afastamento de trabalho por milhão de homens-horas de exposição ao risco, abrangendo empregados próprios e de empresas contratadas. Para 2008, o número de acidentados estatisticamente esperado e baseado numa previsão de 727 milhões de homens-horas de exposição ao risco é no limite máximo admissível previsto para a Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento - TFCA.
VII. As informações "na empresa" incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pelos SAC da Petrobras Controladora e da Petrobras Distribuidora. A meta da Companhia para 2008 contém somente a estimativa da Petrobras Controladora.
(6) Não auditado.



		CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
PASSIVO	NOTA	2007	2006	2007	2006
<b>Circulante</b>					
Financiamentos	15	7.853.781	11.932.301	605.923	1.141.352
Juros sobre financiamentos	15	647.449	589.975	121.590	135.095
Fornecedores		13.791.198	11.510.166	36.456.554	29.300.459
Impostos, contribuições e participações	18,2	10.006.272	8.413.040	8.495.492	6.854.934
Dividendos propostos	21	6.580.557	7.896.569	6.590.587	7.896.569
Projetos estruturados	10,3	41.470	34.163	409.234	1.565.256
Provisão para plano de pensão	19	404.289	414.821	388.091	391.783
Provisão para plano de saúde	19	455.736	406.827	429.665	366.438
Salários, férias e encargos		1.688.962	1.451.650	1.375.912	1.137.897
Provisão para contingências	22	54.000	54.000	54.000	54.000
Adiantamento de clientes	3,6	493.217	1.991.177	133.326	1.119.891
Provisão para participações de empregados e administradores		1.011.914	1.196.918	844.412	993.000
Outras contas e despesas a pagar		4.506.198	2.672.533	4.458.095	603.720
		<b>47.555.011</b>	<b>48.564.250</b>	<b>60.385.858</b>	<b>51.183.457</b>
<b>Não Circulante</b>					
Financiamentos	15	29.206.589	31.542.849	4.811.998	5.084.233
Subsidiárias controladas e coligadas	5,2	94.064	46.555	2.374.296	2.506.957
Impostos e contribuição social diferidos	18,5	10.418.754	9.116.271	8.473.677	7.523.436
Provisão para plano de pensão	19	4.520.145	3.047.789	4.138.672	2.777.164
Provisão para plano de saúde	19	6.272.183	8.012.344	8.554.776	7.392.701
Provisão para contingências	22	613.969	513.880	308.415	190.671
Provisão para desmontelamento de áreas	3,6	6.132.359	3.146.398	5.894.072	2.979.031
Outras contas e despesas a pagar		1.262.114	1.126.366	459.561	595.509
		<b>62.120.777</b>	<b>56.554.454</b>	<b>34.834.917</b>	<b>29.048.763</b>
<b>Resultado de exercícios futuros</b>		<b>1.391.788</b>	<b>413.378</b>		
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		<b>6.306.097</b>	<b>7.475.399</b>		
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social realizado	21	52.644.460	49.263.963	52.644.460	49.263.963
Reservas de capital		1.552.831	372.064	1.552.831	372.064
Reserva de reavaliação		61.520	66.473	61.520	66.473
Reservas de lucros		59.594.316	46.828.178	61.752.424	56.679.864
		<b>113.854.127</b>	<b>97.530.648</b>	<b>116.012.235</b>	<b>99.382.334</b>
		<b>231.227.800</b>	<b>210.538.129</b>	<b>211.233.010</b>	<b>179.614.554</b>



## Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social realizado)

	NOTA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		2007	2006	2007	2006
<b>Receita operacional bruta</b>					
Vendas					
Produtos		218.050.202	205.181.776	169.959.711	161.889.048
Serviços, principalmente fretes		203.972	221.261	270.243	357.925
		<b>218.254.174</b>	<b>205.403.037</b>	<b>170.244.954</b>	<b>162.225.973</b>
<b>Encargos de vendas</b>		(47.676.449)	(47.164.218)	(42.477.953)	(42.509.173)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>170.577.725</b>	<b>158.238.819</b>	<b>126.767.001</b>	<b>119.717.800</b>
Custo dos produtos e serviços vendidos		(104.398.043)	(94.933.511)	(70.444.686)	(65.942.183)
<b>Lucro bruto</b>		<b>66.179.682</b>	<b>63.305.308</b>	<b>56.322.315</b>	<b>53.775.617</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>					
Vendas		(6.059.734)	(5.790.648)	(7.514.132)	(4.975.402)
Financeiras					
Despesas	16	(3.792.062)	(3.720.847)	(2.983.518)	(2.228.463)
Receitas	16	2.506.543	2.378.793	4.662.159	3.038.657
Variações cambiais e monetárias, líquidos	16	(3.148.547)	9.359	(4.713.938)	(778.377)
Generais e administrativas					
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração		(29.258)	(31.035)	(4.034)	(3.836)
De administração		(6.398.633)	(5.398.361)	(4.484.176)	(3.604.093)
Tributárias		(1.255.517)	(1.262.936)	(717.092)	(679.764)
Custos com pesquisas e desenvolvimento tecnológico		(1.712.388)	(1.586.489)	(1.700.343)	(1.576.723)
Perda na recuperação de ativos		(446.129)	(45.932)	(45.245)	(6.585)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás		(2.569.724)	(2.036.836)	(1.211.523)	(1.118.539)
Planos de pensão e saúde	19	(2.434.510)	(1.940.582)	(2.359.100)	(1.823.391)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(4.623.379)	(2.975.504)	(4.365.710)	(2.526.474)
		<b>(29.521.223)</b>	<b>(22.399.601)</b>	<b>(23.237.062)</b>	<b>(16.424.053)</b>
<b>Participações em subsidiárias e coligadas</b>					
Resultado de participações em investimentos relevantes	12	(680.655)	(239.215)	(861.581)	403.995
<b>Lucro operacional</b>		<b>35.977.804</b>	<b>40.672.492</b>	<b>32.423.672</b>	<b>37.775.559</b>
<b>Despesas não-operacionais</b>		(438.517)	(60.950)	(340.791)	(111.650)
<b>Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores</b>		<b>35.539.287</b>	<b>40.605.542</b>	<b>32.082.971</b>	<b>37.663.909</b>
Contribuição social	18,3	(2.876.775)	(3.104.576)	(2.492.031)	(2.853.191)
Imposto de renda	18,3	(8.395.985)	(8.791.825)	(6.717.277)	(7.724.545)
<b>Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores</b>		<b>24.266.529</b>	<b>28.709.141</b>	<b>22.873.103</b>	<b>27.056.173</b>
Participações dos empregados e administradores	20	(1.011.314)	(1.196.916)	(844.412)	(393.000)
<b>Lucro antes da participação dos acionistas não controladores</b>		<b>23.254.615</b>	<b>27.512.223</b>	<b>22.028.691</b>	<b>26.063.173</b>
Participação dos acionistas não controladores		(1.742.826)	(1.593.305)		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>21.511.789</b>	<b>25.918.920</b>	<b>22.028.691</b>	<b>26.063.173</b>
<b>Lucro líquido por ação do capital social realizado no fim do exercício - R\$</b>		<b>4,90</b>	<b>5,91</b>	<b>5,03</b>	<b>5,94</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Considerando seu porte financeiro e seus compromissos e investimentos nas áreas de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS) e Qualidade, a Petrobras, a exemplo das empresas petrolíferas de porte semelhante ao seu, retém uma parcela significativa de seu risco, inclusive através do aumento de suas franquias, que podem atingir US\$ 50 milhões.

## 28 SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

A melhora continuada do desempenho ambiental da Petrobras, tal como definida em seu Plano Estratégico, está associada à implementação de dois grandes programas - o de Segurança de Processo (PSP) e o de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional (Pegaso).

Em 2007, os gastos totais da companhia em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), considerando investimentos e operações, foram da ordem de R\$ 4.300.000, sendo R\$ 2.226.000 em segurança, R\$ 1.720.000 em meio ambiente e R\$ 354.000 em saúde. Nesses totais não estão incluídos os dispêndios com a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e o apoio a programas e/ou projetos ambientais externos.

O Pegaso (Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional) registrou em 2007 o total de investimentos e operações da ordem de R\$ 1.104.000 (R\$ 1.223.000 em 2006).

## 29 REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS DA CONTROLADORA (EM REAIS)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Petrobras e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2007, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$ 45.245,18 e R\$ 1.400,88 (R\$ 39.404,74 e R\$ 1.085,66 em 2006), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2007 foi de R\$ 7.250,49 (R\$ 6.262,56 em 2006).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2007, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$ 52.031,96 (R\$ 45.315,45 em 2006).

**NEGÓCIO ANÁLISE FINANCEIRA**  
**PREÇO E DEMONSTRAÇÕES**  
**TRANSPARÊNCIA CONTÁBEIS**  
**FLUXO DE CAIXA RENTABILIDADE 2008**  
**INVESTIMENTOS BALANÇO LUCRO**  
**VALOR ADICIONADO RESULTADO FINANCEIRO**  
**RESULTADO \$ VENDAS ESTOQUES**  
**ACIONISTAS RETORNO % TÍTULOS**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## BALANÇO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007  
(Em milhares de reais)

1 - BASE DE CÁLCULO	2008			2007		
Receita líquida Consolidada (RL)	215.118.536			170.577.725		
Resultado operacional Consolidada (RO)	48.204.799			35.977.804		
Folha de pagamento bruta (FPB)	9.500.291			7.919.274		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS (i)	VALOR	% SOBRE FPB	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE FPB	% SOBRE RL
Alimentação	578.966	6,09%	0,27%	547.790	6,92%	0,32%
Encargos sociais compulsórios	4.633.742	48,77%	2,15%	3.355.374	42,37%	1,97%
Previdência privada	412.641	4,34%	0,19%	554.845	7,01%	0,33%
Saúde	2.009.498	21,15%	0,93%	2.138.366	27,00%	1,25%
Segurança e saúde no trabalho	110.736	1,17%	0,05%	95.031	1,20%	0,06%
Educação	106.440	1,12%	0,05%	95.284	1,20%	0,06%
Cultura	14.982	0,16%	0,01%	22.794	0,29%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	426.832	4,49%	0,20%	386.452	4,88%	0,23%
Creches ou auxílio-creche	2.825	0,03%	0,00%	2.319	0,03%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	1.344.526	14,15%	0,63%	1.011.914	12,78%	0,59%
Outros	152.581	1,61%	0,07%	66.335	0,84%	0,04%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>9.793.769</b>	<b>103,09%</b>	<b>4,55%</b>	<b>8.276.504</b>	<b>104,51%</b>	<b>4,85%</b>
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho (i)	35.752	0,07%	0,02%	58.838	0,16%	0,03%
Educação para a Qualificação Profissional (i)	72.693	0,15%	0,03%	64.878	0,18%	0,04%
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (i) (II)	90.159	0,19%	0,04%	110.615	0,31%	0,06%
Cultura (i)	206.751	0,43%	0,10%	205.518	0,57%	0,12%
Esporte (i)	68.952	0,14%	0,03%	79.989	0,22%	0,05%
Outros (i)	26.473	0,05%	0,01%	14.275	0,04%	0,01%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>500.780</b>	<b>1,04%</b>	<b>0,23%</b>	<b>534.113</b>	<b>1,48%</b>	<b>0,31%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	80.140.559	166,25%	37,25%	73.441.877	204,13%	43,05%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>80.641.339</b>	<b>167,29%</b>	<b>37,49%</b>	<b>73.975.990</b>	<b>205,62%</b>	<b>43,37%</b>
4 - INDICADORES AMBIENTAIS (i)	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL	VALOR	% SOBRE RO	% SOBRE RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	1.919.751	3,98%	0,89%	1.924.698	5,35%	1,13%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	53.763	0,11%	0,02%	51.728	0,14%	0,03%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>1.973.514</b>	<b>4,09%</b>	<b>0,92%</b>	<b>1.976.426</b>	<b>5,49%</b>	<b>1,16%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%	( ) não possui metas	( ) cumpre de 51 a 75%		
	( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	(x) cumpre de 76 a 100%		



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

(Em milhares de reais)



5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL (I)	2008			2007		
Nº de empregados(as) ao final do período	74.240			68.931		
Nº de admissões durante o período (II)	6.351			4.263		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	260.474			211.566		
Nº de estagiários(as) (III)	1.213			1.213		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos (II)	28.447			26.073		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	11.511			10.722		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres (III)	13,01%			13,50%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (IV)	10.581			3.004		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as) (IV)	29,9%			3,10%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (V)	1.068			1.026		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2008			METAS 2009		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa – valor (i)	31,59			31,59		
Número total de acidentes de trabalho (i)	444			437		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: (i)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: (i)	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: (i)	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla: (i)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla: (i)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: (i)	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: (i)	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (VI) (i)	na empresa 9.578	no Procon 1	na Justiça 29	na empresa 4.000	no Procon 1	na Justiça 29
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (VI) (i)	na empresa 97,5%	no Procon 100%	na Justiça 51,72%	na empresa 99%	no Procon 100%	na Justiça 51,72%
Valor adicionado total a distribuir (consolidado) - valor:	<b>Em 2008: 141.483.416</b>			<b>Em 2007: 127.633.602</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60% governo; 10% colaboradores (as); 6% acionistas; 8% terceiros; 16% retido			58% governo; 11% colaboradores (as); 6% acionistas; 13% terceiros; 12% retido		

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007  
(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		2008	2007	2008	2007
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.888.596	13.070.849	11.268.314	7.847.949
Títulos e valores mobiliários	10	288.751	589.788		
Contas a receber, líquidas	6	14.903.732	11.328.967	17.370.050	12.036.476
Dividendos a receber	7.1	20.101	80.596	987.986	668.501
Estoques	8	19.977.171	17.599.001	13.847.969	12.800.138
Impostos, contribuições e participações	20.1	9.641.247	7.781.536	6.273.161	5.125.217
Despesas antecipadas		1.393.879	1.429.829	1.078.815	1.095.815
Outros ativos circulantes		1.461.801	1.493.200	430.312	579.999
		<b>63.575.278</b>	<b>53.373.766</b>	<b>51.256.607</b>	<b>40.154.095</b>
<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Contas a receber, líquidas	6	1.326.522	2.901.902	91.626.391	48.203.621
Conta petróleo e álcool – STN	9	809.673	797.851	809.673	797.851
Títulos e valores mobiliários	10	4.066.280	3.922.370	3.597.762	3.386.999
Projetos estruturados	11.2			2.039.293	1.503.713
Depósitos judiciais	12	1.853.092	1.693.495	1.542.378	1.445.658
Despesas antecipadas		1.400.072	1.514.301	444.904	809.332
Adiantamento para plano de pensão	21		1.296.810		1.296.810
Impostos e contribuição social diferidos	20.3	10.238.308	8.333.490	6.614.741	5.557.483
Estoques	8	303.929	236.753	303.929	236.753
Outros ativos realizáveis a longo prazo		1.256.967	1.325.865	640.177	711.399
		<b>21.254.843</b>	<b>22.022.837</b>	<b>107.619.248</b>	<b>63.949.619</b>
<b>Investimentos</b>	13	5.106.495	7.822.074	28.306.947	26.068.789
<b>Imobilizado</b>	14	190.754.167	139.940.726	119.207.092	77.252.144
<b>Intangível</b>	15	8.003.213	5.532.053	3.781.716	3.074.677
<b>Diferido</b>		3.469.846	2.536.344	839.257	733.686
		<b>228.588.564</b>	<b>177.854.034</b>	<b>259.754.260</b>	<b>171.078.915</b>
		<b>292.163.842</b>	<b>231.227.800</b>	<b>311.010.867</b>	<b>211.233.010</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	NOTA	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
		2008	2007	2008	2007
<b>Circulante</b>					
Financiamentos	16	12.451.137	7.853.781	2.276.822	625.922
Juros sobre financiamentos	16	823.330	647.449	229.334	122.596
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	17	585.045		5.052.563	
Fornecedores		17.027.579	13.791.198	72.032.402	36.456.554
Impostos, contribuições e participações	20.2	12.741.382	10.006.272	10.537.882	8.493.492
Dividendos propostos	24	9.914.707	6.580.557	9.914.707	6.580.557
Projetos estruturados	11.4	188.858	41.470	401.148	408.234
Plano de pensão	21	627.988	424.259	579.051	386.091
Plano de saúde	21	523.714	455.736	493.221	429.666
Salários, férias e encargos		2.016.430	1.688.960	1.561.017	1.375.912
Provisão para contingências	25	54.000	54.000	54.000	54.000
Adiantamento de clientes		666.107	493.217	298.032	120.326
Provisão para participações de empregados e administradores		1.344.526	1.011.914	1.138.078	844.412
Receitas diferidas		5.929			
Outras contas e despesas a pagar		3.586.429	4.506.198	7.130.338	4.488.096
		<b>62.557.161</b>	<b>47.555.011</b>	<b>111.698.595</b>	<b>60.385.858</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos	16	50.049.441	29.806.589	11.456.564	4.811.988
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	17	804.998		12.701.708	
Subsidiárias, controladas e coligadas	7.2	49.289	94.664	1.100.528	2.374.256
Impostos e contribuição social diferidos	20.4	13.165.132	10.418.754	10.821.894	8.433.677
Plano de pensão	21	3.475.581	4.520.145	2.966.084	4.138.672
Plano de saúde	21	10.296.679	9.272.183	9.510.037	8.554.276
Provisão para contingências	25	890.326	613.969	203.285	208.415
Provisão para desmantelamento de áreas	4.8	6.581.618	6.132.359	5.975.787	5.854.072
Receitas diferidas		1.292.906	1.391.788	76.574	
Outras contas e despesas a pagar		1.982.355	1.262.114	448.672	459.561
		<b>88.588.325</b>	<b>63.512.565</b>	<b>55.261.133</b>	<b>34.834.917</b>
<b>Participação dos acionistas não controladores</b>		2.653.074	6.306.097		
<b>Patrimônio líquido</b>	23				
Capital social realizado		78.966.691	52.644.460	78.966.691	52.644.460
Reservas de capital		514.857	1.553.831	514.857	1.553.831
Reserva de reavaliação		10.284	61.520	10.284	61.520
Reservas de lucros		58.643.049	59.594.316	64.442.783	61.752.424
Ajustes de avaliação patrimonial		(405.863)		(336.180)	
Ajustes acumulados de conversão		636.264		452.704	
		<b>138.365.282</b>	<b>113.854.127</b>	<b>144.051.139</b>	<b>116.012.235</b>
		<b>292.163.842</b>	<b>231.227.800</b>	<b>311.010.867</b>	<b>211.233.010</b>

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007

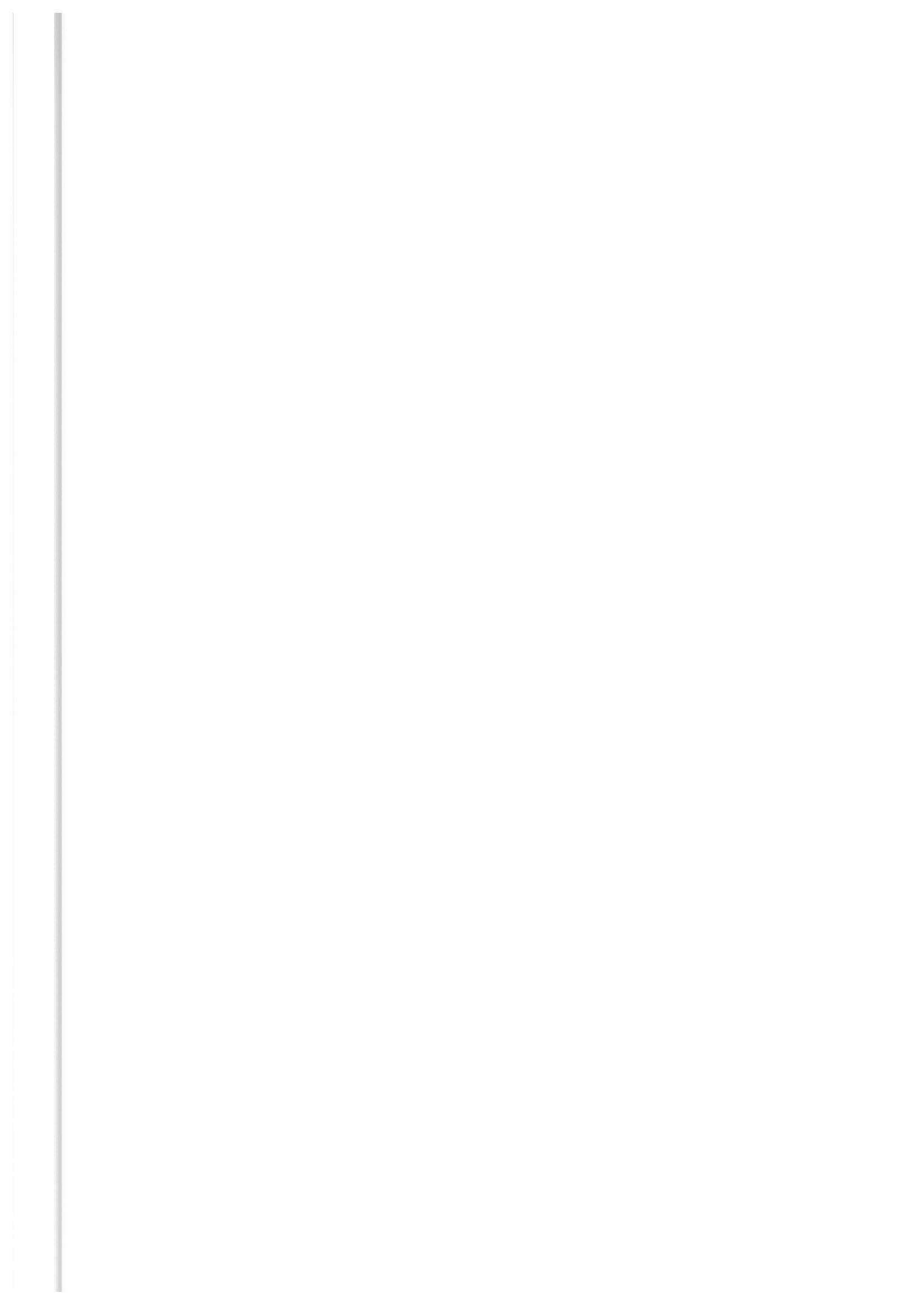
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social realizado)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	NOTA	
<b>Receita operacional bruta</b>		
Vendas		
Produtos		
Serviços, principalmente fretes		
Encargos de vendas		
<b>Receita operacional líquida</b>		
Custo dos produtos e serviços vendidos		
<b>Lucro bruto</b>		
<b>Receitas (Despesas) operacionais</b>		
Vendas		
Financeiras		
Despesas	18	
Receitas	18	
Variações cambiais e monetárias, líquidas	18	
Gerais e administrativas		
Honorários da diretoria e do conselho de administração		
De administração		
Tributárias		
Custos com pesquisas e desenvolvimento tecnológico		
Perda na recuperação de ativos		
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás		
Planos de pensão e saúde	21	
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	18	
<b>Participações em subsidiárias e coligadas</b>		
Resultado de participações em investimentos	13	
<b>Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores</b>		
Contribuição social	20.5	
Imposto de renda	20.5	
<b>Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores</b>		
Participações dos empregados e administradores	22	
<b>Lucro antes da participação dos acionistas não controladores</b>		
Participação dos acionistas não controladores		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		
<b>Lucro líquido por ação do capital social realizado no fim do exercício - R\$</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
2008	2007	2008	2007
266.217.208	218.050.202	207.484.566	169.965.711
276.872	203.972	505.883	279.243
<b>266.494.080</b>	<b>218.254.174</b>	<b>207.990.449</b>	<b>170.244.954</b>
(51.375.544)	(47.676.449)	(46.280.943)	(43.477.953)
<b>215.118.536</b>	<b>170.577.725</b>	<b>161.709.506</b>	<b>126.767.001</b>
(141.623.359)	(104.398.043)	(97.343.992)	(70.444.686)
<b>73.495.177</b>	<b>66.179.682</b>	<b>64.365.514</b>	<b>56.322.315</b>
(7.162.264)	(6.059.734)	(6.325.507)	(5.314.132)
(4.193.135)	(3.292.002)	(7.050.686)	(3.096.677)
3.494.430	2.417.659	5.991.531	4.662.159
3.827.489	(3.146.547)	8.256.134	(4.713.938)
(35.792)	(29.259)	(5.153)	(4.034)
(7.211.566)	(6.398.633)	(5.012.193)	(4.484.176)
(862.766)	(1.255.511)	(425.978)	(717.092)
(1.705.572)	(1.712.338)	(1.690.702)	(1.700.342)
(933.088)	(446.129)	(602.675)	(45.248)
(3.494.258)	(2.569.724)	(2.550.569)	(1.211.923)
(1.427.395)	(2.494.510)	(1.343.773)	(2.359.108)
(4.712.243)	(5.188.393)	(3.366.678)	(4.611.454)
<b>(24.416.160)</b>	<b>(30.175.121)</b>	<b>(14.126.249)</b>	<b>(23.595.965)</b>
(874.218)	(465.274)	2.252.380	(643.379)
<b>48.204.799</b>	<b>35.539.287</b>	<b>52.491.645</b>	<b>32.082.971</b>
(4.169.529)	(2.876.775)	(3.995.909)	(2.492.591)
(11.792.449)	(8.395.983)	(10.888.109)	(6.717.277)
<b>32.242.821</b>	<b>24.266.529</b>	<b>37.607.627</b>	<b>22.873.103</b>
(1.344.526)	(1.011.914)	(1.138.078)	(844.412)
<b>30.898.295</b>	<b>23.254.615</b>	<b>36.469.549</b>	<b>22.028.691</b>
2.089.497	(1.742.826)		
<b>32.987.792</b>	<b>21.511.789</b>	<b>36.469.549</b>	<b>22.028.691</b>
<b>3,76</b>	<b>4,90</b>	<b>4,16</b>	<b>5,02</b>



## 31 SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Em 2008, os principais indicadores de segurança, meio ambiente e saúde da Petrobras mantiveram-se compatíveis com os das melhores empresas mundiais do setor, não tendo se registrado, no período, nenhuma ocorrência significativa de vazamento de óleo.

A Petrobras investe continuamente em treinamento, capacitação e desenvolvimento de novas tecnologias visando à prevenção de acidentes e à segurança e saúde dos trabalhadores. Além disso, mantém no País dez Centros de Defesa Ambiental, de prontidão 24 horas por dia para poder responder com rapidez e eficácia a qualquer acidente com derramamento de óleo.

Esse modelo responsável de atuação contribuiu para que a Petrobras se mantivesse, em 2008, entre as empresas que compõem o Índice "Dow Jones" de Sustentabilidade, o mais importante do gênero. No Brasil, além da Petrobras, só mais sete empresas integram esse índice – e, no mundo, a Petrobras é a única do setor de petróleo e gás dos países em desenvolvimento.

Os gastos totais da companhia em segurança, meio ambiente e saúde (SMS), considerando investimentos e operações, atingiram no acumulado de janeiro a dezembro de 2008 o montante de R\$ 4.482.000, sendo R\$ 2.401.000 em segurança, R\$ 1.715.000 em meio ambiente e R\$ 365.000 em saúde, não estando aí computados os gastos com Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS) e apoio a programas e/ou projetos ambientais externos.

Nesse total estão incluídos os gastos realizados através do Pegaso (Programa de Excelência em Gestão Ambiental e Segurança Operacional), que somaram no período, entre investimentos e operações, R\$ 652.000.